



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANTÔNIO SÉRGIO EDUARDO GUEDES

**SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO SERVIÇO SOCIAL
TRADICIONAL PARA O MODERNO**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

ANTÔNIO SÉRGIO EDUARDO GUEDES

**SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO SERVIÇO SOCIAL
TRADICIONAL PARA O MODERNO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Jamile de Lima Vieira

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

ANTÔNIO SÉRGIO EDUARDO GUEDES

**SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE:
UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO SERVIÇO SOCIAL
TRADICIONAL PARA O MODERNO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Jamille de Lima Vieira

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a . Esp. Jamille de Lima Vieira
Orientador (a)

Prof. (a). Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio
Examinador(a) 1

Prof.^a . Esp. Sheyla Alves Dias
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por tudo, principalmente por me tornar uma pessoa dedicada e esforçada em tudo que eu faço. Segundo, gostaria de agradecer aos meus familiares no geral, para todos que me ajudaram de forma direta e indiretamente, por torcerem e acreditarem em mim.

Terceiro, gostaria de agradecer especificamente aos meus amigos pessoais de longa data: Júnior, Eduardo e Matheus, verdadeiros amigos que a vida me deu e que posso chamá-los de irmãos. Sempre me apoiaram e nunca mediram esforços para me ajudar, seja relacionado a algo pessoal ou orientação sobre determinado assunto. Agradeço demais por tê-los minha vida.

Quarto, gostaria de agradecer aos meus colegas de faculdade que estiveram comigo nesses 4 anos, tanto em momentos bons quanto em momentos difíceis, sempre compartilhando de nossas brincadeiras e de nossas lutas durante as semanas de avaliação, gostaria de agradecer a cada professor que passou por nossa tuma, pelos ensinamentos e pela paciência que tiveram com nossa turma. Agradecer também a coordenadora do curso, Márcia e a minha orientadora de TCC, Jamile. Obrigado por todo apoio, ensinamentos e suporte. Sou extremamente grato a cada um de vocês.

Quinto, deixei pra fazer um parágrafo especialmente pra meu colega de curso e amigo pessoal, Gabriel, minha dupla desde o início da graduação, uma pessoa complicada de se lidar, obviamente, mas um cara espetacular, um cara que está na minha lista de irmãos e que eu conto pro resto da minha vida, inclusive, para atuar profissionalmente. Agradeço demais por tê-lo em minha vida meu grande amigo.

E por fim, gostaria de agradecer a pessoa mais importante na minha vida no momento, essa pessoa que está sempre comigo, nos meus dias bons e ruins, nos meus dias incríveis e insuportáveis, me aturando e sempre me dando apoio, carinho, amor, orientação, motivação e me ajudando a ser sempre uma pessoa melhor, essa pessoa que eu amo demais e agradeço imensamente por fazer parte da minha vida. Obrigado por tudo Carol, você é uma mulher incrível e essa conquista não é só minha, ela é nossa.

EPÍGRAFE

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx.

RESUMO

A trajetória do Serviço Social é iniciada na década de 1930, onde a profissão é eminentemente ligada a Igreja Católica tendo ações conservadoras e assistencialistas. Ao longo dos anos a profissão vem buscando novos métodos e estratégias de atuação, ainda com viéses conservadores, onde somente no final dos anos de 1980, no final do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que a profissão tenta romper por completo com o conservadorismo implementando a teoria social crítica de Marx, o marxismo. Após isso, a profissão começa a lidar com as desigualdades na contemporaneidade, tendo que encarar a ascensão do projeto societário neoliberal e suas novas demandas. Diante dos pressupostos mencionados acima, a categoria profissional busca novas estratégias de atuação ligadas ao Projeto Ético Político da profissão em busca de responder as diversas demandas contemporâneas, encarando não só o projeto societário neoliberal no país, como também, a formação de novos profissionais com pensamentos conservadores e assistencialistas. O objetivo do estudo é analisar as principais mudanças do Serviço Social para o moderno, identificando essas mudanças e compreendendo de forma crítica os impactos dessa mudança na categoria profissional. Os objetivos específicos buscam conceituar a trajetória do Serviço Social tradicional e moderno, dando ênfase nas principais mudanças; Identificar os avanços do projeto societário neoliberal e os impactos causados na atuação do Serviço Social; Compreender as novas demandas contemporâneas postas ao Serviço Social e analisar os possíveis riscos para a consolidação do projeto ético político da profissão. Esta monografia é caracterizada por um estudo bibliográfico de caráter teórico qualitativo, que significa dizer que a pesquisa está amparada por livros, artigos científicos, revistas, periódicos, oriundo de pesquisas qualitativas, com um teor exploratório da temática. Entende-se o Serviço Social na contemporaneidade uma profissão com o objetivo de implementar uma atuação ligada aos interesses daqueles que são os mais afetados pelo sistema capitalista, que são as classes mais subalternizadas e fragilizadas. Diante dessa premissa, a categoria profissional, através do seu projeto ético político, vem tentando responder as demandas postas ao profissional de forma crítica e propositiva, dando ênfase no bem estar e na emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Conservadorismo, Projeto Ético Político, Serviço Social, Contemporaneidade.

ABSTRAT

The trajectory of Social Service began in the 1930s, where the profession is eminently linked to the Catholic Church and has conservative and welfare actions. Over the years, the profession has been seeking new methods and strategies of action, still with conservative biases, where it was only at the end of the 1980s, at the end of the Social Service Reconceptualization Movement, that the profession attempted to completely break with conservatism by implementing the Marx's critical social theory, Marxism. After this, the profession begins to deal with contemporary inequalities, having to face the rise of the neoliberal corporate project and its new demands. Given the assumptions mentioned above, the professional category seeks new action strategies linked to the profession's Political Ethical Project in search of responding to the various contemporary demands, facing not only the neoliberal corporate project in the country, but also the training of new professionals with thoughts conservatives and welfare workers. The objective of the study is to analyze the main changes in modern Social Work, identifying these changes and critically understanding the impacts of this change on the professional category. The specific objectives seek to conceptualize the trajectory of traditional and modern Social Service, emphasizing the main changes; Identify the advances of the neoliberal corporate project and the impacts caused on the performance of Social Services; Understand the new contemporary demands placed on Social Work and analyze the possible risks for the consolidation of the profession's political ethical project. This monograph is characterized by a bibliographic study of a qualitative theoretical nature, which means that the research is supported by books, scientific articles, magazines, periodicals, originating from qualitative research, with an exploratory content of the theme. Social Service in contemporary times is understood as a profession with the objective of implementing action linked to the interests of those who are most affected by the capitalis system, which are the most subordinated and fragile classes. Given this premise, the professional category, through its political ethical project, has been trying to respond to the demands placed on professionals in a critical and purposeful way, placing emphasis on the well-being and emancipation of subjects.

Keywords: Conservatism, Political Ethical Project, Social Service, Contemporaneity.

LISTA DE SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais;

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social;

BH – Belo Horizonte;

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais;

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social;

CEAS - Centro de Estudos e Ação social;

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social;

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social;

DC – Desenvolvimento de Comunidade;

SS – Serviço Social;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E SUAS CORRENTES TEÓRICAS.....	13
1.1 A emergência do Serviço Social no Brasil	13
1.2 Pós Institucionalização e Profissionalização do Serviço Social no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2: SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E SUASVERTENTES.....	28
2.1 Início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e suas vertentes.....	28
2.2 Intenção de ruptura com o conservadorismo e o surgimento dos primeiros códigos de ética com viéses crítico.....	36
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	44
3.1 Aspectos metodológicos da discussão.....	44
3.2 Serviço Social moderno e os impactos causados por um projetosocietário neoliberal.....	45
3.3 O regresso de correntes e pensamentos conservadores no Serviço Social põem em risco a consolidação do Projeto Ético Político da profissão?	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Ainda na década de 1920, as leis sociais vão surgir em conjunturas históricas que, com o aprofundamento do capitalismo na formação econômica social, vai marcar o deslocamento da Questão Social para o centro das contradições que atravessam a sociedade, no qual a Questão Social deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para construir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre a burguesia e o proletariado. (IAMAMOTO, 2006).

A implantação do Serviço Social no Brasil se dá no decorrer desse antagonismo, dessa subalternidade da classe trabalhadora sobre a burguesia em que surge da iniciativa particular de grupos de classe, onde se manifestam, principalmente, por intervenção da Igreja Católica.

Desse modo, essa produção tem por objetivo construir uma discussão acerca da trajetória do Serviço Social desde seu surgimento em 1930, retratando sobre as principais mudanças no seu tempo tradicional, com pensamentos conservadores e assistencialistas, até a sua fase contemporânea, onde o profissional busca um rompimento com o conservadorismo e suas bases assistencialistas, aderindo a uma atuação mais crítica e propositiva, ressaltando também as dificuldades de exercer uma atuação crítica em tempos de ascensão do neoliberalismo.

No primeiro momento de contextualização teórica metodológica, discutiremos sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil e como se dava a atuação profissional do Assistente Social, a institucionalização, profissionalização do Serviço Social e salientando sobre suas correntes teóricas conservadoras. No segundo momento, discutiremos sobre o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, quais motivos levaram a esse movimento, o objetivo deste movimento e a importância do mesmo para o rompimento do conservadorismo na profissão. Por fim, iremos fazer um debate sobre a atuação do Assistente Social em tempos modernos, já com um novo código de ética com um viés crítico e um projeto ético político baseado na teoria social crítica de Marx, ressaltaremos também as maiores dificuldades da atuação profissional em tempos de neoliberalismo, os impactos causados por esse sistema e as dificuldades para a consolidação do projeto ético político da profissão.

A pesquisa contará com aporte científico na pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa que procura responder e

compreender as hipóteses mencionadas. Utilizará em sua maioria autoras e autores nos quais foram muito importantes para o Serviço Social e para formação acadêmica de profissionais críticos e qualificados, objetivando ter uma construção de um projeto objetivo e dialético.

A relevância acadêmica deu-se em vista a ascensão do neoliberalismo, tendo como consequência a formação de profissionais conservadores e meros executores de tarefas, não conseguindo desenvolver uma atuação qualificada, deixando de lado princípios e deveres do código de ética do assistente social, além de cursos de Serviço Social com grades curriculares ligadas a uma estrutura capitalista e empreendedora com o intuito de formar profissionais que serviram apenas para responderem as demandas do Estado.

Assim, esta pesquisa objetiva explicar sobre uma temática que requer certa atenção, uma vez que se faz necessário o entendimento correto da trajetória do Serviço Social no Brasil, desde sua fase tradicional, até sua moderna. Com isso, trataremos de forma objetiva no capítulo I sobre o SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E SUAS CORRENTES TEÓRICAS, abordando problemáticas como: A emergência do Serviço Social no Brasil e seu contexto de pós institucionalização e profissionalização da profissão, fazendo um aparato teórico metodológico de sua fase tradicional, ressaltando suas correntes teóricas conservadoras.

No capítulo II, trataremos sobre, SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E SUAS VERTENTES, no qual abordaremos problemáticaa como: O início do Movimento de Reconceituação e suas vertentes e a intenção de ruptura com o conservadorismo e o surgimento dos primeiros códigos de ética com viéses crítico, fazendo uma contextualização da fase que o profissional Assistente Social começava a questionar a ordem burguesa e sua atuação profissional em meio a diversos anos de atuação servindo apenas a vontade do Estado burguês.

E por fim, no capítulo III, falaremos sobre, O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE, trazendo neste capítulo, os aspectos metodológicos da pesquisa, o Serviço Social moderno e os impactos causados por um projeto societário neoliberal e se o regresso de correntes e pensamentos conservadores no Serviço Social põem em risco a consolidação do Projeto Ético Político da profissão, fazendo uma discussão sobre a atuação do Assistente Social em tempos modernos, destacando as maiores dificuldades de atuação, os impactos causados no desenvolvimento da atuação profissional em tempos de neoliberalismo e o risco da

consolidação do projeto ético político profissional em meio a tantos pensamentos conservadores por parte de profissionais Assistentes Sociais liberais.

Dessa forma, é importante salientar sobre este tema, pois com os avanços do neoliberalismo na contemporaneidade, surge questionamentos sobre o projeto ético político da profissão e sobre as literaturas de Marx. Então, profissionais conservadores vão sendo formados seguindo o oposto da teoria social crítica marxista. Por conseguinte, uma análise sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil, evidenciando as principais mudanças da profissão tanto numa conjuntura tradicional quanto na contemporânea é de extrema importância para fazer com que os profissionais reflitam sobre o desenvolvimento de suas atuações profissionais e sobre o contexto em que a sociedade contemporânea vivencia diante de um projeto societário neoliberal.

1. SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E SUAS CORRENTES TEÓRICAS.

1.1 A emergência do Serviço Social no Brasil.

É de extrema importância começar esta discussão com um aparato teórico metodológico sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil, no qual se teve início em 1930 diante do aprofundamento do capitalismo em sua fase monopolista, no qual a situação econômica e social era extremamente desfavorável para as classes subalternas. Essa conjuntura gerou um tensionamento entre a classe trabalhadora e o Estado, onde se viu pressionado a atuar nas diferentes manifestações da questão social para buscar conformar, controlar e disciplinar as classes subalternas.

Contudo, anteriormente ao surgimento do Serviço Social no Brasil, é válido salientar sobre as bases para a implementação do Serviço Social, onde ainda na década de 1920, as leis sociais vão surgir em conjunturas históricas que, com o aprofundamento do capitalismo na formação econômica social, vai marcar o deslocamento da Questão Social para o centro das contradições que atravessam a sociedade, no qual a Questão Social deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para construir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre a burguesia e o proletariado. (IAMAMOTO, 2006).

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse antagonismo, dessa subalternidade da classe trabalhadora sobre a burguesia em que surge da iniciativa particular de grupos de classes, onde se manifestam, principalmente, por intervenção da Igreja Católica.

Diante de toda subalternidade e das condições de trabalho, torna-se necessário a organização da classe trabalhadora para sua defesa, defesa que se concentrará na luta por melhores condições de trabalho, redução na carga de horas de trabalho e melhorias no salário. Portanto, essa organização da classe trabalhadora assume formas diferenciadas pro seu desenvolvimento, como as Ligas Operárias, que procuram uma ligação com operários de diversos ofícios, tendo como objetivo a luta pela defesa de seus interesses comuns, surgindo também formas superiores de organização como, Congressos Operários, Confederações Operárias e uma Imprensa Operária que se destacará pela sua combatividade.

As duas primeiras décadas, com menor intensidade na década de 1920, serão marcados pela concorrência intermitente de greves e manifestações operárias, as

quais tomarão grande amplitude nas conjunturas pré e pós-Primeira Guerra Mundial. No período que se estende de 1917 a 1920, a densidade e combatividade das manifestações marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo. (IAMAMOTO, 2006).

Retornando a década de 1930, é importante destacar que a Igreja Católica buscou resgatar parte de seu prestígio e influência na sociedade e em meados do século XX, no contexto do capitalismo monopolista, o Serviço Social nasce no Brasil vinculado à ação católica, que foi um conjunto de movimentos leigos cristãos vinculados à hierarquia da Igreja Católica. Yasbek destaca que:

É na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (Yasbek 2008, p.5).

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do surgimento do Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga e no pensamento de São Tomás de Aquino, o tomismo e o neotomismo, no qual a Doutrina Social da Igreja eram ligadas as Encíclicas Papais, Rerum Novarum (Condições dos Operários) e Quadragésimo Anno (sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica), no qual a Igreja vislumbrava no ressurgimento das ideias de Tomás de Aquino o caminho para o enfrentamento daquela realidade.

Em razão da relação da Igreja Católica com o Serviço Social no qual irá fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos tanto políticos, quanto sociais, orientando-se por posicionamentos conservadores que têm como objetivos a busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja frente à Questão Social.

A Igreja enxergava o Serviço Social como caridade, relacionava a Questão Social como a religião, onde a condição da pessoa, seja ela rica ou pobre era predestinado por Deus. Nesse período, o país passava por um período turbulento, com diversas manifestações da classe trabalhadora, que reivindicava por melhores condições de trabalho e justiça social.

O Serviço Social era visto ocupando um lugar na divisão sociotécnica do trabalho, dentro de um projeto político-econômico, que era em prol da burguesia,

desempenhava funções controladoras e apaziguadoras para a população em geral, principalmente para a classe trabalhadora, com o intuito de minimizar as reivindicações e manifestações por parte da mesma, além de contribuir com a acumulação capitalista, através da socialização dos custos de reprodução da força de trabalho e do crescimento da demanda efetiva dentro da empresa, mediante o estímulo ao aumento das produções de mercadorias e intensificação do trabalho.

Portanto, sua legitimidade recai na função prestada à ordem burguesa, por meio de sua participação no Estado, como executor de políticas sociais e não na sua eventual “particularidade”. Como afirmou (Iamamoto e Carvalho, 1991), a legitimidade do assistente social surge, não tanto pelo seu caráter técnico específico, mas pela função política, de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador”.

Ainda segundo Iamamoto:

O Serviço Social se institucionaliza e legitima como profissão [...] quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivando através da prestação de serviços sociais implementados pelas grandes instituições; com isso, as fontes de legitimação do fazer profissional passam a emanar do próprio Estado e do conjunto dominante. (Iamamoto, 1992a: 95).

A institucionalização do Serviço Social está estreitamente ligada ao reconhecimento da profissão pelo Estado, que é responsável por estabelecer as diretrizes e normas que norteiam a prática do assistente social, Além de inserir os mesmos em instituições públicas e privadas.

Para Netto, a legitimação é dada como:

Funções executivas, independentemente da (auto-)representação que delas façam. Estruturando-se como categoria profissional a partir de tipos sociais preexistentes à ordem monopólica, originalmente conectados a um compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sociopolítico conservador (aberto às reformas “dentro da ordem”) próprio à burguesia monopolista. (Netto, 1992a: 77).

O autor ainda continua, é só na ordem monopólica:

“Que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação [...] pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (Ibid, 1992a: 69- 70).

Nesta época, o Serviço Social ainda é muito atrelada a Igreja Católica, onde o profissional atuará de forma conservadora, sendo um mero trabalhador/servidor da Igreja e do Estado. Como a atuação da Igreja era incessantemente, tem fortes influências nas primeiras escolas e protoformas do Serviço Social no Brasil.

Conseqüentemente, em 1932 surge em São Paulo o Centro de Estudos e Ação social – CEAS, considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica, especialmente da primeira de tornar mais efetiva e dar maior rendimento as iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sobre patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado. O objetivo central do Ceas era de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. (IAMAMOTO, 2006).

Ainda diante da expansão da produção industrial, há uma intensificação da taxa de exploração da força de trabalho. O proletariado urbano, nesse período já se manifesta como um setor emergente, capaz de exercer pressões sobre o Estado. Sua contribuição para a queda da República Velha, necessária à legitimação do Estado Novo, lança-o no quadro político. O Estado Novo, através de sua estrutura corporativa, precisa, necessariamente, incorporar reivindicações dos diferentes setores, inclusive os populares, para validá-los como fonte de legitimação.

A fase monopolista firma-se por meio do controle dos mercados, garantindo maiores lucros aos capitalistas. Com isso, ocorrem diversas variações nas instituições capitalistas, como: ampliação do sistema bancário e creditício, acordos empresariais para o aumento do lucro por meio do controle dos mercados, dentre outros não menos importantes. Há então uma grande acumulação de lucro por parte dos capitalistas, enquanto a classe trabalhadora continua com condições de trabalho deploráveis com salários esdrúxulos. Os setores de grandes concorrências aumentam nos investimentos da burguesia, demandando o surgimento de novas tecnologias e diminuindo os postos de trabalho.

Neto afirma que:

“O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]”Neto (1996b, p.15).

Algumas contradições geram uma concorrência acirrada de vários grupos monopolistas que disputam os mercados nacionais e internacionais. Todavia, criam-se mecanismos extraeconômicos de controle, por meio do Estado para controlar as ameaças aos lucros dos monopólios.

A política do Estado Novo (1937) se apresenta, claramente, como resposta às inevitabilidades do processo de industrialização e de posicionamento da população urbana. O surgimento e o desenvolvimento de instituições de cunho assistencial faz parte do projeto de reformação implementado pelo Estado e tem a característica principal de proporcionar benefícios assistenciais aos trabalhadores.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO, 1992, p. 77-78).

Trata-se de enfrentar o processo de pauperização da classe trabalhadora, como forma indispensável à garantia dos níveis de produtividade do trabalho (reprodução da força de trabalho), necessários à expansão do capital naquela ocasião. Buscando garantir o “controle social. O Estado Novo se favorece na classe operária através de uma política de massa capaz de proteger e, conjuntamente, coibir os movimentos reivindicatórios. Suas ações vão desde as legislações sociais e sindical até a criação de um mecanismo institucional assistencial.

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 condizem com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper com a ideologia conservadora católico. Então, a partir do mercado de trabalho que se abre com essas instituições, instaurando-se como uma categoria assalariada fortemente ligadas às políticas sociais efetivadas pelo Estado. Todavia, a profissão necessitava de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos essenciais para responder às novas demandas, visto que até a década de 1940, as assistentes sociais tinham a legitimação de seu trabalho limitado pela intervenção proveniente da missão do apostolado social e que, agora, passava a ficar a cargo do mandato institucional.

As novas necessidades sociais oriundas nesse processo determinavam e

legitimavam a intervenção de profissionais qualificados, demandados a partir do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, particularmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho atravessado pelo conservadorismo da teoria social positivista.

Precisamente, a reorientação da profissão, para atender às novas figurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço socio-ocupacional, tendo em vista atender o requerimento do Estado que começa a implementar políticas no campo social. Diante desse pressuposto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, onde vai colocar o surgimento do Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de aumentar seus referenciais técnicos para a profissão.

Este processo, que vai constituir o que (Iamamoto 1992) denomina de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais).

Nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé de dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradas e preservadoras, particularmente da ordem capitalista.

A teoria social por sua vez, constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e portanto, organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método.

Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser

social. É o posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é “questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela ‘disciplina’ “. (NETTO, 1996).

No caso do Serviço Social, o respaldo teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua evolução vai ser aprimorado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte minucioso aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas experiências imediatas, como fatos, dados, que se apresentam em sua particularidade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações evidentes dos fatos, onde evolui dentro do já contido e busca a regularização, as concepções e relações intermitentes.

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente, em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnósticos e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais. (YAZBEK, 1984).

Dessa forma, os intelectuais positivistas cumprem o papel de naturalizar as explicações em torno da Questão Social e suas expressões, visto que, a preocupação é a conservação e defesa da ordem burguesa. A Questão Social é naturalizada, tanto pelo pensamento positivista/conservador, quanto pelo pensamento confessional. Em síntese, segundo Netto (2001), o pensamento social busca uma reforma moral do homem e da sociedade para preservar/ conservar a propriedade privada dos meios de produção.

É a partir de 1945/47, que vamos sentir a preocupação dos assistentes sociais com a definição de uma elaboração teórica própria, pautada em critérios técnicos e científicos, que imprimisse eficácia à ação. Com esse quadro, o Serviço Social se apresentava como social e institucionalmente necessário, restava-lhe buscar os conhecimentos imprescindíveis à prova de sua eficácia social. É bom lembrar a relação Brasil/Estados Unidos extrapolou o nível da econômico; ela alcançou inúmeros

segmentos da vida latino-americana.

A América do Norte passou a ser o novo “empório” de idéias, a nova referência de modelos e ações, inclusive no sistema de bem-estar-social. Este fato, inevitavelmente, atingiu também o Serviço Social brasileiro, que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional.

O marco dessa relação está situado no Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941, em Atlantic City (USA), evento que estabeleceu laços estreitos entre as principais escolas de Serviço Social brasileiras e as grandes instituições, escolas e programas continentais de bem-estar social norte-americanos. Inaugurou-se com o sistema de bolsas, o período de influência norte-americana, com reflexos claros no currículo das escolas.

Seguindo a linha de raciocínio norte americana, Mary Richmond foi a primeira a escrever sobre a diferença entre fazer assistência social, caridade, filantropia e o Serviço Social. Por trás das idéias de Richmond, há uma concepção funcional de sociedade, elaborada pela sociologia norteamericana. E essa mesma sociologia norte-americana está somada ao arsenal técnico de Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis, entre outros, conferiram uma autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais no Brasil. (RICHMOND, 1962).

Sob a concepção funcionalista, o controle social exercido pressupunha a integração do indivíduo ao bom funcionamento de uma sociedade proposta pela classe dominante. Era enfatizado o trabalho com grupos, quer para interação, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do indivíduo ao seu meio. O modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro.

As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a triade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social. A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade, como técnicas e campos de intervenção profissional.

1.2 Pós Institucionalização e Profissionalização do Serviço Social no Brasil.

Nesse cenário, nos anos iniciais de 1950, pós segunda Guerra Mundial, o Serviço Social estrutura seus métodos de atuação baseados na Corrente Teórica Funcionalista/Estrutural, no qual se tem um paradigma científico que busca entender a sociedade a partir das suas regras de funcionamento e das diferentes funções nela desempenhadas. Seu principal objetivo é explicar a sociedade, as ações coletivas e individuais, a partir de causalidades, ou seja, de suas funções.

É válido salientar também que a profissão do Serviço Social, no final da década de 1940, mais especificamente em 1947 elabora o seu primeiro Código de Ética para nortear a atuação profissional, onde vai se tratar de um código de ética com um vies conservador e sucinto, influenciado pela visão europeia, impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico. Visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional. (CFESS, 2016).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2002):

[...] essa fase de implantação, verifica-se a existência de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida do proletariado, tendo em vista a reordenação do conjunto da vida social. O aprofundamento do capitalismo gera uma série de necessidades, que exigem profundas transformações na vida social [...] e as práticas incipientes dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho. (Iamamoto e Carvalho, 2002, p. 218-219).

Em relação à formação profissional, resgata Aguiar, citando Ferreira em artigo, de 1944:

A formação científica se dará através das disciplinas científicas como a Sociologia, Psicologia, e Biologia e também da Moral. E deve proporcionar um conhecimento “exato do homem e sociedade, de todos os problemas que dele se originam e neles se refletem” [...] A formação técnica é a formação específica do Assistente Social. Consiste no estudo das teorias do Serviço Social então existentes e sua adaptação à nossa realidade. [...] A formação prática é a aprendizagem do “como fazer” na realidade das diferentes instituições com que os futuros assistentes sociais mantinham contatos. (Ferreira, apud Aguiar, 1995, p. 32-33).

O código de ética apresentava a liberdade como um valor central e estava inspirado nos valores morais da Igreja Católica, baseada pela concepção neotomista, no qual a liberdade do indivíduo se expressava a partir da escolha do bem supremo,

conforme as leis de Deus.

Os princípios e as diretrizes pontuados no Código de 1947 refletem os fundamentos destacados na formação profissional, frisando a importância da moral e da ética descolada dos processos históricos e sociais, orientando para a prática do bem, destacando que a ação do Serviço Social não se caracteriza apenas pela ajuda material que presta, mas também pela ajuda às pessoas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. (CFESS, 2016).

Nesse contexto, cabe ressaltar a influência da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), que, fundada em 1946, sob o amparo da Igreja Católica, vai promover metodicamente convenções anuais, tendo como pauta a formação de novos profissionais assistentes sociais. Ainda em 1946, foi fundada a ABAS, com finalidade de buscar o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão dos assistentes sociais e de defender os seus interesses e também lutar pelo seu reconhecimento oficial.

Voltando para o cenário dos anos iniciais de 1950, o Serviço Social já com a promulgação do seu primeiro código de ética, tem sua atuação norteadada pela corrente Funcionalista, todavia, é possível identificar uma nova concepção sobre métodos de enfrentamento junto a sociedade, então, o Serviço Social, com sua nova perspectiva, tem novos olhares mediante as relações vigentes no sistema capitalista que necessita de uma nova política de enfrentamento a “questão social”.

Como no restante da América Latina, o Estado desenvolvimentista brasileiro começou acidentalmente como resposta à crise econômica. Na esteira da Grande Depressão, os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) começaram a criar as instituições e políticas que mais tarde seriam os principais instrumentos de desenvolvimento liderado pelo Estado: a proteção tarifária e o comércio administrado (anos 1930); as empresas estatais de aço (anos 1940 e 1950); um banco de desenvolvimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (anos 1950); uma empresa estatal de petróleo (Petrobras, anos 1953); e as políticas setoriais para a implantação de uma indústria automobilística (anos 1950). (Skidmore, 1967; Draibe, 1985; Shapiro, 1994).

A história do Estado desenvolvimentista do Brasil no século XX reflete, em sua maior parte, a correlação encontrada internacionalmente entre autoritarismo e desenvolvimentismo, especialmente durante o período da ditadura militar. No entanto, o Estado desenvolvimentista do Brasil evoluiu e, em alguns aspectos, se consolidou,

sob governos democráticos de 1945 a 1964.

De fato, muitas das principais medidas da política de substituição de importações (por exemplo, a promoção da indústria automobilística) e instituições-chave, como as estatais – em especial o BNDES e a Petrobras –, datam deste período político mais aberto.

Tanto durante os períodos democráticos quanto os não democráticos, o Estado desenvolvimentista brasileiro foi alvo de outros canais de participação política, que vão dos conselhos formais para as aberturas previstas pela fluida burocracia de livre nomeação, em que muitos estrangeiros foram nomeados para executar partes do Estado desenvolvimentista. Entretanto, faltaram meios estruturados para a promoção de uma participação que fosse além das elites. (Cardoso, 1975).

O Brasil ainda implementa novas estratégias para a evolução do sistema capitalista no país. Com o então mandato do governo de Juscelino Kubitschek, o mesmo tentou a implementação do Keynesianismo no país, como resposta para estimular o crescimento econômico por meio de investimentos estatais em setores como, energia, transporte e indústria, que ficou conhecido como “Plano de Metas.

A ideia do Estado de Bem-Estar Social é proposto pela teoria keynesiana em países da Europa e nos Estados Unidos da América que tinha como princípio de ação o pleno emprego e a menor desigualdade social entre os cidadãos. É construído pela concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. É baseado no mercado, contudo, com ampla interferência do Estado, no qual defende a intervenção na economia e moderar os ciclos econômicos, evitando recessões profundas.

Faleiros afirma que:

É pelo Estado Bem-Estar que o Estado garante ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos. Nos Estados Unidos, esses benefícios dependem de critérios rigorosos de pobreza e os serviços de saúde não são estatizados, havendo serviços de saúde para os velhos e pobres. O “acesso geral” à educação, à saúde e à justiça existente na Europa decorre de direitos estabelecidos numa vasta legislação que se justifica em nome da cidadania. O cidadão é um sujeito de direitos sociais que tem igualdade de tratamento perante as políticas sociais existentes. (FALEIROS, 1991, p.20).

O Estado de Bem-Estar Social buscou assegurar um acordo de neutralidade nas relações das classes sociais e amortecer a crise do capitalismo com a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise. Com o Keynesianismo, o país buscava

enfrentar os desafios econômicos e sociais, principalmente relacionados à instabilidade econômica, desemprego e baixo crescimento.

Portanto, a doutrina keynesiana buscava estimular o crescimento econômico por meio de investimentos públicos em infraestrutura, indústria, agricultura e outros setores, além de criar demanda por bens e serviços, o que poderia impulsionar a produção e o emprego, como também a estabilização econômica, no qual a doutrina preconizava a regulação da demanda agregada, por meio de políticas fiscais e monetárias, para evitar flutuações excessivas no ciclo econômico. Isso inclui ações contracíclicas, com o aumento dos gastos públicos durante recessões e redução durante períodos de superaquecimento econômico.

Contudo, em países subdesenvolvidos como o Brasil, nunca ocorreu a garantia do bem-estar a população e o pleno emprego e garantias de melhorias nos serviços públicos. Faleiros menciona que:

Nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país [...].(Faleiros, 1991, p.28).

A partir então das novas demandas que surgem nessa época no Brasil, o Serviço Social passa a rever as formas de intervenção, aderindo aos métodos do DC – Desenvolvimento de Comunidade, com influência norte-americana relacionando a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo como técnicas e campos de intervenção profissional.

Para a utilização desses métodos, os principais autores teóricos que o Serviço Social vai se basear são: Mary Hellen Richmond - Serviço Social de Caso, Nadyr Gouveia Kfourri - Serviço Social de Grupo e Safira Bezerra Ammann e Myrian Veras Baptista - Serviço Social de Comunidade (DC).

O Serviço Social de Caso ou Casework orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, e Gordon Hamilton, no qual, sua preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado. O objetivo era ajusta-los ao

meio social e fazê-los cumprir bem seu papel no sistema vigente.

O Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. (RICHMOND, 1915, apud BALBINA, 1978, p. 44).

No decorrer de seu desenvolvimento, o Serviço Social buscou apoio no sentido, principalmente, de racionalizar sua atuação. O Serviço Social de caso centrava-se na pessoa e no seu contexto, cujo método era ajudar o cliente na solução de seus problemas, mas também conhecer e melhorar a situação do indivíduo no aspecto social e familiar, combatendo a exclusão social como, por exemplo, a pobreza, o desemprego, maus tratos, violências domésticas, delinquências, discriminação. O seu sistema principal é a pessoa.

Ainda segundo Hamilton:

O Serviço Social de Casos caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas. (HAMILTON, 1958, p. 38).

Segundo Richmond (1915), o diagnóstico social é a tentativa para chegar à definição, tão exata quanto possível, de uma situação social ou da personalidade do cliente. Hamilton (1958) salienta que considera o diagnóstico como uma “opinião profissional” quanto à natureza do problema e quanto às reservas e capacidades em potencial do cliente.

O diagnóstico social então é uma ferramenta usada no Serviço Social para compreender e analisar as situações sociais, identificar necessidades, problemas e recursos e informar o planejamento para posteriormente intervir na realidade social. Além de identificar necessidades, o diagnóstico social auxilia nas análises dos problemas subjacentes que contribuem para a situação de dificuldade. Isso envolve examinar as causas estruturais e sistêmicas dos problemas sociais.

O Serviço Social de Caso pode ser idealizado como um instrumento ou meio para liberação da liberdade individual. A consciência das limitações das ciências positivas com relação ao quadro de leitura da realidade não impede a instalação do aspecto doutrinário-cristão, representante do espírito humanista que norteava os caminhos de condução do Serviço Social na época.

Se de um lado, tem uma herança positivista do funcionalismo que aparece na

forte busca de consequência e cientificidade, do outro, tem a busca de suporte nas ciências sociais, no qual reflete o vetor de configuração no estabelecimento do método e da instrumentalização, adequando os conhecimentos importados à realidade institucional. Portanto, o Serviço Social de Caso adere metodologias e abordagens de intervenção, nas quais eram ensinadas para os assistentes sociais para trabalharem com indivíduos, famílias ou grupos, onde se concentra em compreender a situação única do cliente, identificando seus problemas e suas necessidades específicas para desenvolver uma estratégia de intervenção qualificada com o intuito de melhorar sua vida.

Cabe salientar que essas técnicas eram usadas em prol do Estado, com o principal objetivo de adequar a classe trabalhador a hegemonia do Estado e aos comandos capitalistas, para que essa classe desenvolva um trabalho sem nenhuma reivindicação por melhorias de condições de trabalho ou salário.

O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial.

Quando um indivíduo questionava alguma mudança no seu trabalho, os assistentes sociais de grupo tinham a responsabilidade de tentar mudar sua opinião. Os trabalhadores que tinham o comportamento dócil, que não questionavam ou reivindicavam por nada, eram facilmente explorados pela classe burguesa. Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela Industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos.

As bases do Serviço Social de Grupo estão intimamente ligadas aos movimentos de auto-ajuda e, somente em 1936, é fundada a Associação Americana para seu estudo. O Serviço Social de Grupo era, então, definido como:

Um método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade (KONOPKA, 1979, p. 33).

(...) uma prática que visa minorar o sofrimento e melhorar o funcionamento pessoal e social de seus membros, através de específica e controlada

intervenção de grupo, com a ajuda de um profissional (Ibid, 1979, p. 45).

O Desenvolvimento de Comunidade, também apresenta características semelhantes Serviço Social e Caso e Grupo. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial. As pessoas eram influenciadas para fazer trabalhos que o Estado tinha o dever de intervir, ou seja, que era responsabilidade do Estado.

A preocupação do Serviço Social brasileiro com o desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. (BAPTISTA, 1976).

Tanto o autor teórico Vieira, quanto Itaperuna, adotam o tripé positivista em sua estratégia de ação: o indivíduo, a família e a comunidade, sendo este último elemento adaptado aos modelos propostos, segundo a visão de Tonnies. Confere-se especial ênfase ao trabalho junto a família, unidade social por excelência, restabelecendo o prestígio do grupo familiar e o seu papel na vida da comunidade. (BRASIL, 1971-76).

Na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem, ela é apresentada como símbolo da veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa benevolente, enquanto filha. Onde o Desenvolvimento de Comunidade nesta época privilegia a educação da mulher, quer orientando-a diretamente no lar, através das vivistas domiciliares, quer na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrizes, etc. (Ibid, 1966).

Durante a década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social adentra no processo de industrialização pesada e incorpora a política desenvolvimentista. Essa política dá ênfase na aceleração econômica, uma vez que em países desenvolvidos como os EUA, esse processo de industrialização pesada realizava-se a um certo tempo. Ao Serviço Social caberia contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos.

O Desenvolvimento de Comunidade foi uma estratégia aderida para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica capitalista, no qual, a política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo da premissa de que as populações pobres tem maior acolhimento ao comunismo e julgava que seria preciso melhorar o desenvolvimento do sistema capitalista. Daí, a

implementação de DC, buscando novas estratégias de atuação para os profissionais assistentes sociais, em busca de minimizar todo esse pensamento.

Balbina definia o Desenvolvimento de Comunidade como:

[...] um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da nação. (XII Conferência Internacional de Serviço Social, 1962, apud BALBINA, 1978, p.252).

Ao assistente social, com a utilização de técnicas próprias norteadas pelo DC, tinha o papel de líder indireto da comunidade, atizar as mudanças sociais, sendo promovido com a participação popular.

Segundo JOHNS DE MARCHE:

O processo do Serviço Social com Comunidades se caracteriza pelo desenvolvimento social dos indivíduos e sua orientação pela promoção das relações eficientes e úteis entre eles em busca de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso [...] As técnicas empregadas pelo assistente social são as que estimulam e orientam os indivíduos e grupos, sem controlá-los; as medidas e providências visam à solução de determinado problema social [...]. (JOHNS; DE MARCHE, 1954, p. 78 APUD ANDRADE, 2008, p. 285).

Todos esses acontecimentos e todas essas propostas dessa conjuntura irão permear e nortear a construção do Serviço Social brasileiro, no qual vinha seguindo as técnicas Norte-Americana do Desenvolvimento de Comunidade, em que os desdobramentos são determináveis nos mais diversos setores, mais especificamente, naqueles que dizem respeito à organização da categoria naquela época, à expansão do ensino, do discurso e da prática da profissão.

Já nos anos finais da década de 1950, o Serviço Social tradicional começa a entrar em crise, trazendo consequências como: Crise Econômica e Estrutural e Divisão social do trabalho. Então, a profissão passa por uma mudança que já era aguardada tendo como base o contexto social, tomando mais força com a adesão de grandes personalidades que entendia a importância da busca por uma nova forma de enfrentar a questão social.

2. SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E SUAS VERTENTES.

2.1 Início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e suas vertentes.

Na década de 1960, o Brasil experimentava um período de intensa efervescência social e política. Sob o governo de Juscelino Kubitschek, o país vivenciou um processo de modernização e industrialização que, embora tenha impulsionado a economia, deixou profundas disparidades socioeconômicas. Nesse período, acentuava-se a polarização entre as classes sociais, com um crescimento expressivo das tensões entre os grupos de esquerda e direita.

O governo de JK ficou marcado pela sua tentativa de desenvolvimento, os assistentes sociais nesta época avançaram em suas práticas dentro do desenvolvimento de comunidade e da expansão do capitalismo tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais.

Até a década de 60, o serviço social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado ao moderno (AGUIAR, 1995, p. 90).

O Serviço Social, a partir da década de 60, está em total engajamento com o crescimento econômico, sendo que ainda com participação da igreja católica deixando marcas tanto na profissão quanto no desenvolvimentismo, “[...] a partir da década de 60 temos Assistentes Sociais cristãos que continuam assumindo a visão tradicional da Igreja e os que assumem uma posição mais progressista” (Ibid, 1995). Portanto, é notório que apesar das modificações societárias, a Igreja Católica, atrelada a burguesia, continua com sua influência no Serviço Social.

A crise política se aprofundou com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, deixando um vácuo de poder que seria preenchido por um governo de transição liderado por João Goulart. Goulart enfrentou forte oposição por parte das elites e setores conservadores, que o acusavam de tendências esquerdistas e de ameaçar a democracia.

No cenário internacional, houve uma efervescência de movimentos sociais e transformações ideológicas que impactaram profundamente a atuação das ciências

sociais. Essa conjuntura estimulou a reflexão crítica sobre as bases teórico-metodológicas do Serviço Social, levando os profissionais da área a questionarem o modelo conservador e assistencialista tradicionalmente adotado. A influência de correntes teóricas marxistas e estruturalistas, aliada à insatisfação com a situação de injustiça social no Brasil, proporcionou o terreno fértil para o início do movimento de reconceituação.

Faleiros (2005) salienta que:

[...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

O movimento de Reconceituação portanto, tem-se como principal pilar a tentativa de ruptura e superação do conservadorismo, tendo como objetivo fazer com que a profissão faça uma reflexão de sua prática profissional e dos seus vieses teórico-metodológicos.

Além dos pressupostos mencionados, a crise do modelo desenvolvimentista no país, marcada por desigualdades sociais crescentes e pelo autoritarismo político do regime militar corroborou para uma reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social na reprodução das desigualdades estruturais. Nesse contexto, intelectuais e profissionais engajados começaram a questionar as práticas profissionais pautadas na mera adaptação do indivíduo às estruturas sociais injustas, reivindicando uma atuação mais crítica e transformadora, capaz de promover mudanças estruturais na realidade social brasileira.

Diante essas tensões ocasionadas pelo sistema socioplítico do país nessa época, culminou na crise de 1964, ou como é conhecido, *o golpe de 1964*, quando as forças militares, apoiadas por setores conservadores da sociedade, como a classe média e a elite empresarial, assumiram o controle do país por meio de um golpe de Estado.

No primeiro momento de ditadura militar, o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Sobretudo, é importante considerar que, nesse momento, se articulava na América Latina, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais. (Ozanira. M. 2009).

Este movimento abriu espaço para a crítica das ciências sociais tradicionais e reivindicou a necessidade de uma abordagem mais comprometida com a transformação social. No contexto específico do Brasil, as influências desse movimento foram fundamentais para a Reformulação do Serviço Social no país, no qual também contribuiu para um questionamento da própria identidade profissional dos assistentes sociais, desafiando as noções tradicionais de neutralidade e imparcialidade.

Dando continuidade ao contexto de ditadura militar, a partir do golpe, o governo passou a ser regido pelos militares e se apresentava sob duas faces: a ideológica e a repressiva, reproduziam uma ideia em que tudo que o poder governamental fazia era para o bem da população, era para o desenvolvimento do país, assim faziam com que um grande contingente populacional reproduzisse essa ideia. Aqueles que iam de encontro com ideal burguês sofriam grande repressão e violência, física e moral, que fez com muitas pessoas fossem mortas, ou outros exilados (NETTO, 2005).

Cabe ressaltar que ainda nesta época, mesmo com o início do Movimento de Reconceituação, a atuação do Assistente Social era de subalternidade, onde os mesmos tinha uma atuação conservadora e agiam como meros executores de políticas públicas, no qual reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, onde a função do Assistente social seria de manter a ordem e controle da sociedade, atuação semelhante a época do DC. Com a reorganização da sociedade, foram feitas mudanças consideráveis no país, refletindo também no cenário do Serviço Social em dois âmbitos, a prática e a formação profissional.

A autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade. Assim o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional como ressalta Netto:

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”. Netto (2005. p. 123).

Com essas novas modificações na atuação profissional do Assistente Social, a formação do Serviço Social também passou por mudanças, onde ocorreu a inserção do ensino da profissão nas universidades. O Serviço Social portanto passou a interagir com disciplinas da filosofia e sociologia, da antropologia, psicologia e das ciências

sociais, tendo também nesta época disciplinas com viéses da ditadura militar. Essa formação era demandada pelas exigências postas pelo mercado de trabalho na esfera da ditadura militar.

É neste contexto histórico que surge o processo de renovação do Serviço Social, que ressalta Netto como:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (Netto, 2005, p. 131).

A renovação do Serviço Social nesse período também foi marcada pela crítica entre teoria e prática, promovendo a integração entre o conhecimento acadêmico e a intervenção profissional. A formação dos assistentes sociais passou a enfatizar a necessidade de uma práxis comprometida e reflexiva, que articulasse os saberes teóricos com as demandas concretas e emergentes da realidade social.

Esse período foi marcada pela expansão das discussões sobre a formação profissional, com o surgimento de propostas curriculares mais atualizadas e críticas, que buscavam formar profissionais capazes de compreender e atuar diante das complexidades e contradições sociais do Brasil, essa expansão se dar mais especificamente com o seminário de Belo Horizonte na década de 80.

A renovação do Serviço Social implica na formação de uma pluralidade profissional, perspectivas diversificadas que é radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem (Netto, 2005). Assim três perspectivas são apresentadas por Netto (Ibid, 2005), neste processo de renovação do Serviço Social: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A Perspectiva Modernizadora é a primeira perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e começa a ganhar força durante a crise do tradicionalismo em meados da década de 1960.

Netto ressalta que:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (Netto,2005, p.154).

A perspectiva modernizadora no âmbito dessa disciplina pode ser compreendida como um movimento que busca adequar a profissão aos desafios e demandas impostos pela dinâmica da sociedade moderna, ou seja, traz consigo uma preocupação central com a eficiência e a eficácia das intervenções sociais, tendo em vista atender às demandas emergentes da sociedade. Isso implica uma abordagem que prioriza técnicas e métodos objetivos, baseados em diagnósticos precisos e na implementação de políticas e programas de intervenção social pautados por critérios de racionalidade técnica e científica.

Esta vertente tem seu ápice por meio dos documentos: Seminário de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Percebe-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental técnico operativo, com os procedimentos teórico-metodológicos, como também com os padrões de eficiência.

O encontro em Araxá reuniu trinta e oito assistentes sociais para uma grande reflexão quanto à prática profissional, esse encontro resultou em um documento de extrema importância para o movimento de reconceituação, tratando de uma adequação da profissão à modernidade e da busca por uma nova teoria e metodologia pro desenvolvimento da prática profissional do Serviço Social.

Netto salienta que “[...] O documento reduz a teorização a uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento”. (CBCISS, apud Netto, 1991, p. 176).

Netto ainda conclui:

Entretanto, nem por este artifício se escamoteia a teoria: se ela vem revestida pela tecnicidade, não está evidentemente cancelada; bem ao contrário: existe uma clara dominância teórica a informar o Documento de Araxá — é o referencial estrutural-funcionalista. (Ibid, 1991, p. 176).

O seminário de Araxá então tinha como objetivo identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impeçam as pessoas de alcançarem padrões econômicos compatíveis com a dignidade humana, além dos profissionais terem a responsabilidade de atuarem como meros executores de políticas sociais ou tradicionais serviços de “ajuda” como um profissional que é capaz de formular e gerir as políticas sociais.

O seminário de Araxá vem com a perspectiva de macro e microatuação, ou

seja, macro como uma atuação participativa e com total presença no planejamento e execução das funções e a microatuação, relacionada a funções operacionais. A reflexão obtida diante esse contexto é da inserção da macruatuação na prática profissional da profissão como primordial para os Assistentes Sociais. Todavia, buscase o exercício da profissão não como um mero executor de políticas públicas, mas também um executor presente e envolvido com as relações sociais.

Já o seminário de Teresópolis segundo Netto, o “moderno” se sobrepõe ao “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente. Netto (2005) salienta que se em Araxá ficou marcado o cariz sociotécnico, em Teresópolis se fundamenta a operacionalidade de Serviço Social, agora relacionado à administração tecnoburocrática.

Nesse encontro, reuniram-se trinta e três profissionais divididos em dois grupos de estudo, estabelecendo como principal pilar do documento o transformismo, dando ênfase ao moderno ao invés do tradicional. Essa ênfase do modernismo é válido destacar que não se dá apenas como concepção profissional, mas sim, como parte da intervenção profissional.

[...] o documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo estado ditatorial em benefício do grande capital e as características socioeconômicas e políticoinstitucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites (NETTO, 2001, p. 193).

No seminário de Teresópolis houve uma preparação através de outros documentos, no qual centralizava-se na metodologia. Esse seminário veio a corroborar em questões relacionadas as áreas da filosofia, do neotomismo, positivismo e funcionalismo. Nesses princípios houve a integração da ação do Serviço Social no processo de desenvolvimento brasileiro, com uma proposta de operacionalizar a técnica a favor do modelo socioeconômico do país nessa época.

A ideia é que a prática do serviço social alcance uma cientificidade, usando a concepção teórica do funcionalismo através do viés da modernização conservadora. Os assistentes sociais então buscavam novas estratégias para o enfrentamento da questão social, usando como articulação entre: Estado, sociedade civil e movimentos sociais.

A segunda perspectiva trazida por Netto é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o

passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. (NETTO, 2005).

Entende-se que no processo de reatualização do conservadorismo, busca-se o aperfeiçoamento de práticas profissionais antigas e conservadoras de acordo com as novas demandas do contexto no qual o profissional está inserido, ou seja, tem como objetivo manter um viés com um pouco mais de criticidade que possa apresentar respostas plausíveis para essas novas demandas onde posteriormente possa adentrar a uma nova prática profissional.

A Reatualização do Conservadorismo tem seu ápice por meio dos documentos: Seminário de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). O seminário de Sumaré foi realizado no Rio de Janeiro, no qual gerou um documento que reuniu vinte e cinco profissionais na Arquidiocese carioca, o seminário teve como centralidade a perspectiva de transformação com a tentativa de libertasse do tradicionalismo.

Netto (2005, p.203) aponta que nessa perspectiva “a demanda do aporte teórico do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores”. Em suma a Reatualização do Conservadorismo não impõe mudanças significativas no agir profissional pois mantém em seu seio algumas práticas conservadoras.

Nesse seminário foi revelado diversas críticas ao atraso do Serviço Social comparado aos acontecimentos do contexto da época. Mesmo considerado um seminário de certa forma defasado, pensando nas reflexões que poderia ser realizadas, não podemos deixar de falar sobre alguns pontos discutidos neste seminário, como três temas básicos enfrentados pelo Serviço Social, relacionado à cientificidade, fenomenologia e a dialética.

Já sobre o seminário do Alto da Boa Vista, foi realizado no colégio coração de Jesus, também no Rio de Janeiro, em 1984, foi representado por vinte e três profissionais e um estudante, seu impacto foi muito pior do que o seminário de Sumaré, não apenas pela quantidade menor de participantes, mas também por ter sido reconhecido apenas quatro anos depois de sua realização. A diminuição dos participantes vem de um avanço do Serviço Social, onde os profissionais ao invés de serem presentes nos seminários, estavam nas ruas fazendo reivindicações junto com os movimentos populares.

Trata-se de uma vertente que recupera o componente mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação

e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana.

Por fim, antes de entrar na terceira perspectiva do Movimento de Reconstituição, que foi a Intenção de Ruptura, é válido salientar que essa perspectiva teve como pilar pro seu surgimento o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS (1979), que ficou conhecido como "Congresso da Virada", pois ocorreu num contexto histórico marcado ainda pela luta contra a ditadura e em defesa da abertura democrática.

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo na profissão do Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação crítica-dialética, associando-se a interesses e as necessidades da classe trabalhadora e a luta pela democracia.

2.2 Intenção de ruptura com o conservadorismo e o surgimento dos primeiros códigos de ética com viéses crítico

Nessa conjuntura, no qual teve seu ápice no III Congresso de Serviço Social/Congresso da Virada, em São Paulo (1979), onde ocorreu um marco histórico para a profissão do Serviço Social brasileiro, em virtude de uma aproximação com a corrente tórica marxista, com o intuito de que a profissão desenvolva sua atuação através de princípios e diretrizes voltados para as classes mais subalternas, tentando romper com o conservadorismo enraizado no Serviço Social desde seu surgimento.

A “virada” expressa a sintonia do Serviço Social brasileiro com as mobilizações de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas na criação de forças de resistência à ditadura do grande capital (Ianni, 1981).

O Congresso da Virada portanto foi fundamental para o redirecionamento do Serviço Social brasileiro, destacando a necessidade de um enfoque mais crítico e comprometido com as demandas sociais e os direitos humanos. A partir desse evento, houve uma valorização da participação popular e do trabalho em rede, o que impulsionou a aproximação entre os assistentes sociais e as comunidades

marginalizadas, permitindo uma compreensão mais profunda das questões sociais e uma atuação mais efetiva na promoção de mudanças estruturais.

O evento também fortaleceu a busca por uma prática profissional mais comprometida com a defesa dos direitos sociais e a promoção da cidadania, especialmente em um contexto de grandes desigualdades sociais e exclusão. O Congresso da Virada reforçou a importância de uma atuação ética e comprometida com os valores de justiça social, solidariedade e igualdade, orientando os assistentes sociais a atuarem de forma crítica e transformadora em prol dos grupos vulneráveis e marginalizados.

Cabe ressaltar que nesta época, no início dos anos 80, o Brasil passou por um período de intensa agitação sociopolítica marcado por transformações significativas. O país enfrentou desafios complexos, incluindo uma transição gradual da ditadura militar para a democracia. No início da década, o regime autoritário militar ainda estava no poder, mas as pressões internas e externas por democratização estavam se tornando cada vez mais evidentes. A sociedade civil organizou movimentos populares e manifestações, exigindo o retorno das eleições diretas e o fim da censura.

No âmbito econômico, a década de 1980 foi marcada por desafios significativos, incluindo uma crise da dívida externa que impactou profundamente a estabilidade financeira do país. O governo teve dificuldades para lidar com a hiperinflação e a instabilidade econômica, o que levou a medidas de autocontrole impopulares e a um crescente descontentamento social. As políticas de ajuste estrutural implementadas pelo governo tiveram efeitos profundos nas camadas mais pobres da população, gerando tensões e protestos generalizados.

A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 2005.), ou seja, dar uma nova face ao Serviço Social.

Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico,

no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (Ibid, 2005).

O Método de BH teve um impacto significativo na prática do serviço social na década de 1980. Ele foi fundamental para o entendimento e a intervenção nas realidades sociais específicas, promovendo a análise crítica das condições locais e estimulando a participação ativa das comunidades no processo de mudança. Ao enfatizar a importância da pesquisa e da reflexão contextualizadas, este método permitiu aos profissionais de serviço social a compreensão aprofundada das demandas e necessidades das comunidades, permitindo a formulação de intervenções mais eficazes e direcionadas.

A partir de então, desencadeia-se o processo de consolidação da profissão, entendida como especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo como objeto de intervenção a questão social. (Carvalho, 1986). Cabe ressaltar que no primeiro momento de aproximação com a teoria social crítica de Maex, os estudos e leituras foram repletos de equívocos, trazendo uma reflexão nas perspectivas teóricas, metodológicas e filosóficas adotadas naquele contexto, inclusive sobre o ponto de vista da ética profissional.

Nesse contexto, torna-se inevitável uma discussão em torno do Código de Ética de 1975 (CFESS, 2016), tendo em vista sua insuficiência em analisar e gerar formas compatíveis e coerentes de conhecimento e intervenção profissional, envolvendo a categoria e os diversos órgãos da classe, culminando com a reformulação e a aprovação do novo código em 9 de maio de 1986.

Na introdução do Código de Ética de 1986 está pontuado:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através das suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (Ibid, 2016, p. 1).

Este código representa um marco significativo na história da profissão do Serviço Social no Brasil. Este documento foi criado para orientar e regular a conduta dos assistentes sociais no exercício de suas atividades. Uma de suas principais características é a defesa dos direitos humanos e da justiça social, destacando o compromisso ético dos profissionais em lutar contra todas as formas de discriminação e opressão, e em promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

É destacado como exigência do processo de formação profissional alguns

aspectos, dentre os quais salientam-se:

Propiciar condições objetivas para a formação de assistentes sociais críticos, comprometidos e conscientes [...]; Delimitar, com referência básica, uma proposta de Serviço Social que, de fato, configure alternativas de ação profissional na dinâmica contraditória da atual conjuntura brasileira [...]; Desenvolver uma formação básica que de fato instrumentalize metodologicamente o assistente social para o exercício profissional na dinâmica contraditória da sociedade brasileira [...]; Desenvolver uma política de capacitação docente como suporte básico na redefinição do processo de formação profissional do assistente social. (Carvalho, 1986, p. 37-41).

Um ponto crucial diz respeito à necessidade de manter uma postura crítica e reflexiva diante das políticas e práticas sociais vigentes. Este código de Ética incentiva os assistentes sociais a se engajarem em ações de transformação social, buscando identificar e combater as injustiças estruturais e as desigualdades presentes nas estruturas sociais. Isso implica em uma atuação proativa na defesa dos direitos humanos e na promoção de políticas públicas que visem a inclusão e o bem-estar da população em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Posteriormente ao código de ética de 86, mais especificamente em 1988, é promulgada a Constituição Federal/Constituição Cidadã, no qual reflete a conjuntura sociopolítica do país à época, marcada por profundas mudanças políticas e sociais. Após um período de regime militar autoritário que durou mais de duas décadas, a sociedade clamava por uma estrutura democrática que garantisse liberdades individuais e coletivas. Nesse contexto, a Constituição Federal buscou estabelecer as bases para uma sociedade mais justa e igualitária, consolidando princípios de cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Ulisses Guimarães salienta sobre a Constituição Federal, referenciando a ampliação do exercício da democracia brasileira em participativa, além de representativa, assinalando que:

É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais. O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo parlamento. A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos Cidadãos. Do presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador. A moral é o cerne da pátria. (Ulisses Guimarães, 1988 – op.cit.).

Um dos principais objetivos da Constituição de 1988 foi consolidar a democracia no país, promovendo a participação popular nas decisões políticas, fortalecendo os

direitos fundamentais dos cidadãos e estabelecendo um sistema de pesos e contrapesos para evitar concentração excessiva de poder. Além disso, ela estabeleceu as bases para a garantia dos direitos sociais, como a educação, a saúde, o trabalho e a moradia, visando reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico e social.

A Constituição Federal de 1988 resgatou o princípio da fraternidade, na medida em que fez constar do Preâmbulo, o compromisso com uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (Brasil, 2014). A Constituição Federal portanto, reflete influências de documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros tratados internacionais, que orientaram a inclusão de preceitos sobre direitos humanos e liberdades fundamentais. Além disso, ela incorpora princípios de diversas constituições de outros países, adaptando-os à realidade brasileira. A inspiração em modelos constitucionais de nações como os Estados Unidos, França, Alemanha e Portugal pode ser observada em vários aspectos do texto constitucional brasileiro.

Por conseguinte, uma influência marcante na constituição foi a necessidade de superar um período de autoritarismo e repressão política, garantindo a proteção dos direitos individuais e coletivos, bem como a construção de um sistema de governo democrático e participativo. A experiência traumática do regime militar contribuiu para a formulação de dispositivos constitucionais que buscam preservar as liberdades individuais e coibir o arbítrio do Estado.

Bonavindes ressalta que o Estado social deve estabelecer os pressupostos indispensáveis ao advento dos direitos de terceira geração:

Onde a liberdade e a igualdade já não se contradizem com a veemência do passado; onde as diligências do poder e do cidadão convergem, por inteiro, para trasladar ao campo da concretização direitos, princípios e valores que fazem o Homem se acercar da possibilidade de ser efetivamente livre, igualitário e fraterno. (Bonavindes, 2011, p.33).

A diversidade então, étnica e cultural do Brasil também influenciou a Constituição Federal, levando em consideração as demandas das populações indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, reconhecendo seus direitos territoriais e culturais.

Toda essa premissa relacionada a Constituição Federal é notória que em tese, na teoria, se trata de uma constituição cidadã com princípios e diretrizes voltados para

uma democracia ativa com participação eminentemente da população no desenvolvimento do país, todavia, é nítido que através de uma conjuntura capitalista com traços avançados de um projeto societário neoliberal, esses princípios e diretrizes da Constituição não são aplicados na prática como vem esclarecido na Lei. Uma vez que a Constituição é promulgada com a responsabilidade de seguir arrisca o conceito de democracia, observa-se uma considerável divergência entre teoria e prática na Lei.

Dando continuidade ao contexto de pós constituição Federal, avanço da profissão do Serviço Social relacionado a uma tentativa de intenção de ruptura com o conservadorismo, podemos observar no final dos anos 80 e início dos anos 90, uma mobilização da profissão para desenvolver uma reflexão ética desenvolvida na reelaboração do código de 1986, no qual procurou se embasar em categorias universalizantes sobre o ponto de vista de inclusão das diversas classes sociais, da sua forma de ser e reproduzir-se socialmente e, sobretudo, na elaboração de um Projeto Ético-Político profissional.

Como todo universo heterogêneo, o corpo profissional não se comportou de modo idêntico. Mas as suas vanguardas, na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política – desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar amplamente não só a organização profissional como, sobretudo, conseguiram inseri-la, de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros. (Abramides e Cabral, 1995).

A profissão então busca um projeto ético político ligado ao compromisso com a transformação da realidade social e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo a necessidade de uma análise mais profunda e crítica das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam a exploração e a desigualdade, enfatizando a importância de compreender as dinâmicas do sistema capitalista e as formas como ele impacta negativamente as camadas mais vulneráveis da sociedade.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram

incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. (Netto, 1996).

O projeto ético político então enfatiza a importância do engajamento político e da luta por mudanças estruturais. Isso implica em promover a participação ativa da classe trabalhadora na luta por seus direitos e na transformação das estruturas de poder vigentes. A ideia é que o Serviço Social não se restrinja apenas a práticas assistencialistas, mas também atue como um agente de mobilização e empoderamento das classes mais subalternizadas.

Diante dos pressupostos mencionados, um novo código de ética é aprovado, especificamente em 13 de março de 1993, junto com a Lei de Regulamentação, tendo como base, a teoria social crítica de Marx, no qual está em vigor até os dias atuais. Ressaltando a importância da reflexão ética e da defesa de valores como igualdade, liberdade e solidariedade, tendo como um dos principais princípios, a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social, no qual implica em uma postura de enfrentamento às violações de direitos e às injustiças sociais, bem como de defesa dos direitos das minorias.

Barroco ainda salienta sobre a ética profissional informando que:

A ética profissional é uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática. [...] Esfera teórica. Trata-se das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e sociedade. (Barroco, 1999, p. 129).

Portanto, o referido código de ética é fundamentado em princípios éticos, políticos e teóricos que norteiam a atuação do assistente social. Dentre suas principais características, destaca-se a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social, a promoção da autonomia e da cidadania das classes sociais menos favorecidas, a valorização da diversidade e a busca pela equidade e pela inclusão social. Além disso, o código de ética preconiza o respeito à liberdade e à dignidade do indivíduo, assim como a defesa do pluralismo e a recusa de qualquer forma de discriminação e preconceito.

Esquemáticamente, este código de ética norteado pelo projeto ético político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade

concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (Netto, 1996).

o Código de Ética e a Lei de Regulamentação então reforçam o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social, respaldando o papel fundamental dos assistentes sociais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A atuação dos profissionais de Serviço Social, pautada por esses instrumentos normativos, busca garantir a efetivação dos direitos sociais, o acesso à justiça e a ampliação da cidadania, sempre respeitando a diversidade e a dignidade humana. (CFESS, 2016). Portanto, a ética e a legislação consolidam a base necessária para uma prática profissional comprometida com a transformação social e a promoção do bem-estar coletivo.

Reforçando que a Lei de Regulamentação do Serviço Social estabelece as competências e atribuições dos assistentes sociais, conferindo respaldo legal para o exercício da profissão. Dentre seus principais pontos, a lei reconhece a importância do trabalho do assistente social no contexto das políticas sociais, determinando suas funções tanto na formulação quanto na implementação e na execução de políticas públicas e programas sociais, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da democracia no país.

É válido ressaltar também que mesmo com todo esse avanço da profissão, o Serviço Social está cotidianamente na luta por uma sociedade menos desfavorável para as classes mais subalternizadas, mais especificamente a classe trabalhadora, e com o avanço significativo do projeto societário neoliberal, a atuação do profissional na contemporaneidade se encontra cada vez mais complexa, fazendo com que o mesmo tenha que se ressignificar-se para não ficar para trás na luta contra o neoliberalismo que vem ganhando força constantemente, tendo sua ascensão no Brasil na década de 1990.

3. SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.

3.1 Aspectos Metodológicos da discussão.

O presente trabalho de conclusão de curso é caracterizado por um estudo bibliográfico de caráter teórico qualitativo e exploratório, que significa dizer que a pesquisa está amparada por livros, artigos científicos, periódicos, monografias, revistas, dissertações de mestrado, oriundo de pesquisas qualitativas. É feito um estudo geral nas plataformas de disponibilização online e nos livros sobre a temática, como também uma análise criteriosa da fidedignidade e confiabilidades dos dados já publicados e sua atualização no período (LAKATOS, MARCONI, 2010).

Fonseca afirma que:

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Já os autores Lüdke e André (2014) destacam que:

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bodgan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p.14).

A pesquisa bibliográfica então é uma etapa fundamental no processo de investigação. Ela consiste na busca, análise e compilação de informações presentes em diversas fontes bibliográficas, como livros, artigos, teses, relatórios e outros documentos escritos. O objetivo da pesquisa é obter um panorama amplo sobre o tema em estudo, identificar lacunas no conhecimento existente e embasar teoricamente a pesquisa que será desenvolvida.

Assim, esta produção tem como objetivo fazer com que o leitor tenha uma reflexão pertinente e objetiva sobre as principais mudanças do Serviço Social tradicional para o moderno, fazendo um percurso teórico metodológico dividido em três capítulos:

Serviço Social tradicional e suas correntes teóricas, dando ênfase na

emergência do Serviço Social no Brasil e no momento pós Institucionalização e profissionalização da profissão; Serviço Social, Movimento de Reconceituação e suas vertentes, dando ênfase no início do movimento de reconceituação do Serviço Social e suas vertentes teóricas. Intenção de ruptura com o conservadorismo e o surgimento dos primeiros códigos de ética com viéses crítico, e por fim, o Serviço Social na contemporaneidade, dando ênfase no Serviço Social moderno e os impactos causados por um projeto societário neoliberal e o regresso de correntes e pensamentos conservadores na profissão, onde conseqüentemente podem por em risco a consolidação do Projeto Ético Político da profissão.

Os principais autores referenciados na pesquisa foram: Marilda Iamamoto, José Paulo Neto, Maria Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Maria Lucia Barroco e Ricardo Antunes. As plataformas e sites utilizados foram: Google acadêmico, plataforma Scielo, periódicos capes e revistas eletrônicas como: Serviço social e sociedade e Temporalis.

A relevância acadêmica deu-se em vista a ascensão do neoliberalismo, tendo como consequência o regresso de pensamentos conservadores e atuações assistencialistas, que conseqüentemente acarreta na formação de mais profissionais conservadores e meros executores de tarefas, além dessa ascensão neoliberal também acarretar em cursos de Serviço Social com grades curriculares ligadas a uma estrutura capitalista e empreendedora com o intuito de formar profissionais para terem uma atuação limitada apenas à responder as demandas do Estado, deixando de lado os princípios e deveres do código de ética do assistente social.

Portanto, aprofundar a discussão sobre esta temática nos faz refletir sobre o que o Serviço Social pode fazer para lidar com os impactos causado por essa ascensão do neoliberalismo e posteriormente elaborar métodos e estratégias para combater o conservadorismo que coloca em risco a consolidação do projeto ético político da profissão e a formação de profissionais críticos e qualificados para responderem as demandas sociais.

3.2 Serviço Social moderno e os impactos causados por um Projeto Societário Neoliberal.

O Serviço Social na sua fase contemporânea se encontra renovado, com admissão a um projeto político crítico, com um Lei de Regulamentação para a

profissão e um Código de Ética com diretrizes e princípios voltados para as classes mais subalternizadas e fragilizadas pelo sistema vigente, contudo, com o avanço do neoliberalismo no Brasil na época de 1990, a atuação profissional do Assistente Social se tornou mais desafiadora e complexa. O profissional então teria que lidar com as ofensivas neoliberais com o respaldo e suporte de sua instrumentalidade e do seu conhecimento abrangente sobre a realidade diante dos pressupostos mencionados mais acima, no qual, impacata de forma extremamente negativa as classes mais fragilizadas pelo sistema, mais especificamente, a classe trabalhadora.

Nesta época, na década de 1990, a economia brasileira estava em um momento muito delicado, com a inflação extremamente alta, baixos índices de crescimento do produto, péssima distribuição de renda e uma enorme dívida externa a pagar, além de ter sido um período de intensas transformações na situação socioeconômica do Brasil. Iniciada sob o governo do atual presidente Fernando Collor de Mello, que assumiu o país em 1990.

O governo Collor provocou uma enorme recessão, via brutal enxugamento da liquidez, e deu a largada na abertura comercial e financeira indiscriminada da economia ao exterior (DAVIDOFF, C. 1984). Várias medidas foram tomadas para facilitar a entrada de capitais estrangeiros tais como: a abertura de contas correntes por não-residentes, permissão para os investimentos em bolsas de valores, títulos públicos e renda fixa (FIORI, J. 1999).

Esta década foi marcada por desafios econômicos significativos. Collor implementou medidas polêmicas que visava conter a hiperinflação por meio do confisco de ativos financeiros e do congelamento de preços. Embora inicialmente tenha havido alguma estabilização econômica, o plano gerou descontentamento popular, resultando em protestos e culminando no impeachment de Collor em 1992.

Em um cenário de abertura da economia e reestruturação produtiva, a abertura da economia, caracterizada por menores tarifas nominais e menores taxas de proteção efetiva, exerceu um efeito positivo sobre o aumento da produtividade. A redução nos preços dos bens de consumo assalariado elevou o salário real, ampliando o mercado para outros bens (Barros e Goldstein, 1997).

Além dessas transformações econômicas, a década de 1990 no Brasil foi caracterizada por mudanças sociais e políticas. Houve avanços na democratização e na consolidação das instituições democráticas, mas também, desafios como o aumento da desigualdade social e questões relacionadas aos direitos humanos. A

globalização começou a desempenhar um papel mais avançado na economia brasileira com a abertura do mercado e as privatizações de empresas estatais das quais foram iniciadas no governo Collor e continuadas nos anos seguintes.

Com a renúncia de Collor a presidência da república, Itamar Franco que era seu vice assumiu a presidência com o intuito de buscar novas estratégias para os problemas relacionados a economia do país aquela época. Assim, o processo de estabilização da economia com o Plano Real em 1994 somou-se ao que se designou de “novo modelo de inserção da economia brasileira”. Este novo modelo contemplava uma série de indicações e estratégias para a política industrial e de comércio exterior, dentre elas a exposição da indústria à competição internacional, visando a uma maior inserção no mercado externo e à melhoria de qualidade e preço no mercado interno (Ibidem, 1997).

O Plano Real então foi uma resposta à hiperinflação que assolava o país, buscando estabilizar a economia e controlar os índices inflacionários. A introdução da nova moeda, o Real, trouxe um período de relativa estabilidade econômica, promovendo confiança nos agentes econômicos, atraindo investimentos e facilitando o controle da inflação.

Coutinho (1997) apontava para um processo “virtuoso” de reestruturação industrial aquele que, dentre outros fatores, fosse capaz de produzir ganhos de produtividade significativos e persistentes, suficientes para neutralizar os efeitos da apreciação da taxa de câmbio pós-Real e estimular uma significativa reação das exportações.

Contudo, enquanto o Plano Real foi bem-sucedido em seus objetivos macroeconômicos, a década de 1990 também testemunhou um aumento da desigualdade social no Brasil. As políticas neoliberais adotadas, como a abertura econômica, privatizações e flexibilização das leis trabalhistas, impactaram de maneira desigual em diferentes setores da sociedade. O desemprego crescente, a redução de direitos trabalhistas e cortes em programas sociais contribuíram para uma disparidade econômica e social mais acentuada, com o aumento da concentração de renda.

A globalização e a integração do Brasil à economia mundial durante essa década também tiveram efeitos na distribuição de riqueza. A abertura comercial resultou em competição mais acirrada, levando ao fechamento de empresas menos competitivas e, por conseguinte, à perda de empregos. Os setores mais vulneráveis da população foram os mais afetados, enquanto os segmentos mais ricos se beneficiaram

dos avanços econômicos.

A profissão do Serviço Social nesta época enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do sistema capitalista contemporâneo e sua ofensiva neoliberal em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturados dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que retiram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo das relações Estado/Sociedade (YAZBEK, 2009).

Um ponto relevante a ser debatido é a intensificação da precarização das condições de trabalho e a diminuição dos investimentos nas áreas sociais. A lógica neoliberal resultou em cortes orçamentários, o que afetou diretamente os serviços sociais e as condições de trabalho dos profissionais. Os assistentes sociais tiveram que lidar com a escassez de recursos e a crescente demanda por seus serviços, enfrentando dilemas éticos diante da necessidade de priorizar determinados casos em detrimento de outros.

A desigualdade social e a exclusão ganharam destaque nesse período, com o aprofundamento das disparidades socioeconômicas. A profissão se viu diante da urgência de lidar com situações de extrema vulnerabilidade social e marginalização, enquanto as políticas governamentais, muitas vezes, não respondiam adequadamente a essas demandas. Todavia, este período também proporcionou oportunidades para a reflexão crítica e a mobilização política, gerando debates sobre os impactos sociais do neoliberalismo, questionando suas bases ideológicas e propondo alternativas para a minimização dos impactos causados pelo projeto societário neoliberal.

O Serviço Social nesta década se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea (Ibidem, 2009).

O profissional Assistente Social portanto, para poder atuar de forma qualificada nessas novas demandas advindas do projeto societário neoliberal, necessitava de uma compreensão e conhecimento da realidade, seguindo um pensamento crítico e propositivo norteado pelo seu projeto ético político com o objetivo de responder as demandas de forma ágil e rápida. Cabe ressaltar que o profissional também necessita de um arcabouço teórico metodológico para embasar e conciliar sua atuação

profissional entre teoria e prática e poder desenvolver uma atuação qualificada.

No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral. E como afirma Iamamoto (2000), ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (Iamamoto, 2000, p.113).

O exercício profissional do Serviço Social na contemporaneidade enfrenta uma série de desafios diante dos avanços do neoliberalismo, um contexto que tem impactado significativamente as políticas sociais e a garantia de direitos. É preciso destacar a intensificação da precarização das condições de trabalho, o que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais. As políticas neoliberais muitas vezes promovem a redução de investimentos públicos em áreas sociais, resultando em equipes reduzidas, carga horária excessiva e falta de recursos para intervenções eficazes. Diante dos fatos mencionados, é impensável uma atuação mais que comprometida com as classes mais subalternizadas em busca de respostas qualificadas e ágeis para essa população no qual necessita tanto.

Dessa forma, o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais (Ibidem, 2000).

O neoliberalismo, ao enfatizar valores como autonomia e responsabilidade individual, tende a culpar o indivíduo por suas condições precárias, desconsiderando

fatores estruturais. O Serviço Social, historicamente comprometido com a compreensão das dimensões coletivas da questão social, encontra-se desafiado a construir estratégias que contemplem essa abordagem sistêmica, enfrentando a resistência cultural à solidariedade e à responsabilidade coletiva.

A lógica neoliberal por favorecer a privatização e a transformação de direitos sociais em mercadorias, compromete a universalidade e a equidade no acesso aos serviços. Nesse contexto, os profissionais são desafiados a resistir a lógicas mercadológicas, reafirmando seu compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos como fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Nessa conjuntura, emergem processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas como: O desemprego, o trabalho precário, os sem terra, o trabalho infantil, a moradia nas ruas ou em condições de insalubridade, a violência doméstica, as discriminações por questões de gênero e etnia, as drogas, a expansão da AIDS, as crianças e adolescentes de rua, as pessoas com deficiências, pessoas com transtornos mentais, envelhecimento sem recursos, e outras tantas questões temáticas relacionadas à pobreza, à subalternidade e à exclusão com suas múltiplas faces. (YAZBEK, 2009).

Diante desse contexto, os assistentes sociais enfrentam o desafio de repensar suas práticas e estratégias de intervenção. A necessidade de se adaptar a um ambiente político e econômico desfavorável com várias expressões da questão social exige uma constante reflexão sobre as estratégias de atuação, a fim de preservar a essência da profissão e garantir a defesa dos direitos dessas pessoas. Além disso, a formação profissional também se torna um espaço de debate e questionamento, com a necessidade de capacitar os assistentes sociais para atuarem de maneira crítica e eficaz frente aos desafios impostos pelo neoliberalismo.

Cabe salientar, que é fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam esta década, vão encontrar um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo desta década construiu, com ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas, um projeto ético político profissional para o Serviço Social brasileiro, no qual integra valores, escolhas teóricas e interventivas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos-organizativos, processos de debate, investigações e sobretudo, interlocução crítica com o movimento da sociedade em que a profissão é parte e expressão.

(cf. NETTO, 2000).

O antagonismo entre a atuação dos assistentes sociais e o neoliberalismo está portanto intrinsecamente ligado à defesa dos direitos sociais e à promoção da justiça social. Os profissionais precisam estar comprometidos com uma perspectiva crítica e transformadora, já que o neoliberalismo possui uma ideologia que tem como um dos objetivos enfraquecer o Estado como provedor de políticas sociais e acentuar as desigualdades sociais. Por conseguinte, a defesa de uma abordagem mais inclusiva e igualitária é central para os assistentes sociais, que buscam formas de resistência e construções de alternativas frente aos impactos negativos das políticas neoliberais.

Outra questão a ser bem analisada é relacionada ao movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigências de novos conhecimentos técnicos-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exarcebado dos valores da competitividade e do individualismo. (YAZBEK, 2009).

Com a diminuição do investimento público em áreas sociais, os profissionais se deparavam com uma carga de trabalho mais intensa e condições muitas vezes desfavoráveis para o exercício de suas funções. Esse cenário, somado à necessidade de lidar com a complexidade das demandas sociais, contribuía para um desafio adicional na manutenção da qualidade e efetividade das intervenções.

A precarização do trabalho manifestou-se de diversas formas. A sobrecarga de trabalho tornou-se uma realidade para muitos profissionais, que enfrentavam crescentes demandas diante da redução de recursos e do aumento das necessidades sociais. As condições de trabalho também foram afetadas, com a ampliação de contratos temporários, baixos salários e falta de garantias trabalhistas, gerando insegurança e instabilidade para os assistentes sociais.

A privatização de setores antes sob responsabilidade estatal contribuiu para a precarização, uma vez que a lógica de mercado introduziu práticas de gestão focadas na maximização de lucros, em detrimento da qualidade e da integralidade dos serviços. O Serviço Social, ao se deparar com a mercantilização das políticas sociais,

viu-se desafiado a manter uma prática comprometida com os princípios éticos da profissão, mesmo diante das pressões por resultados imediatos.

A formação profissional também foi impactada com a necessidade de que os assistentes sociais desenvolvessem habilidades mais flexíveis e críticas para lidar com as novas demandas como mencionado neste capítulo. A categoria buscou reivindicar melhores condições de trabalho e salário digno. Essa resistência, embora enfrentasse desafios consideráveis, é essencial para preservar a identidade do Serviço Social e garantir que os profissionais possam continuar a desempenhar seu papel na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos.

Diante dos pressupostos mencionados e da luta do Serviço Social contra o projeto societário neoliberal, a profissão aparece atualmente consolidada na sociedade brasileira, ganhando visibilidade no cenário atual, sustentado por um projeto ético-político que o habilita a formular respostas profissionais qualificadas face à questão social.

Implantado na década de 1990, o Projeto Ético Político do Serviço Social foi promulgado através de muita luta e reivindicação dos profissionais, tendo valores e princípios voltados a liberdade do indivíduo, buscando compromisso com as classes mais subalternizadas com o objetivo de emancipação, autonomia e defesa da equidade.

Para Santana (2000):

Os assistentes sociais, preocupados com a modernização do País e da profissão, assumem posições predominantemente favoráveis à reprodução das relações sociais. Porém, a partir da década de 1980, os setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético-político da profissão. (Santana 2000, p.80).

O surgimento do projeto ético político no Serviço Social representa um marco significativo na consolidação e autonomia da profissão. Antes de sua concepção e consolidação, a prática do assistente social muitas vezes se limitava a ações de caráter assistencialista, desvinculadas de uma análise crítica das estruturas sociais e das relações de poder que geravam as desigualdades. O projeto ético político veio para redefinir o papel do assistente social, conferindo-lhe uma perspectiva mais ampla e comprometida com a transformação social.

A importância desse projeto reside na sua capacidade de orientar a atuação

profissional de forma alinhada a valores éticos e princípios políticos que visam a promoção da justiça social. Ele estabelece diretrizes claras sobre a postura crítica que o assistente social deve adotar diante das demandas sociais, buscando compreender as raízes das desigualdades e atuar de maneira a transformar as condições que as perpetuam.

Guerra (2007) salienta que:

A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo. (Guerra 2007, p.37).

Além disso, o projeto ético político do Serviço Social confere coesão e identidade à profissão. Representando um compromisso coletivo dos assistentes sociais em torno de valores fundamentais, proporcionando uma base teórica consistente que orienta a prática profissional e fortalece a inserção do assistente social nos diferentes campos de atuação, seja na esfera pública ou privada.

Portanto, o projeto ético político do Serviço Social enfrenta diversos desafios complexos na contemporaneidade, exigindo uma postura reflexiva e crítica por parte dos profissionais. A capacidade de adaptação, a promoção da diversidade e a atuação estratégica nas políticas sociais são elementos-chave para assegurar a relevância e a eficácia do trabalho do assistente social diante dos desafios emergentes na sociedade atual.

A emergência desse projeto é crucial para o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão comprometida com a transformação social e a garantia dos direitos humanos, contribuindo para a legitimação da intervenção do assistente social, conferindo-lhe uma posição estratégica na construção de políticas sociais e na promoção do bem-estar social. Assim, o projeto ético político do Serviço Social é essencial para a afirmação da profissão como agente de mudança e justiça social na sociedade.

3.3 O regresso de correntes e pensamentos conservadores no Serviço Social põem em risco a consolidação do Projeto Ético Político da profissão?

Para iniciar a discussão dessa temática tão pertinente é válido salientar que este debate passará por uma contextualização vinculada à três pontos cruciais para o

desenvolvimento do texto, primeiro ponto; a reestruturação produtiva do capital relacionada a um projeto societário neoliberal; os desafios e a importância das políticas sociais no Brasil na contemporaneidade e a instigação de um possível risco para a consolidação do Projeto Ético Político da Profissão.

Partindo da premissa do primeiro ponto, relacionado a reestruturação produtiva do capital, é válido ressaltar que a sociedade moderna, mais especificamente nas últimas décadas vem presenciando transformações consideráveis. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva do capital diante de toda essa flexibilização do mercado de trabalho tem acarretado uma alta exorbitante na taxa de desemprego e uma enorme precarização do trabalho como já mencionado no tópico anterior, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

MOTA E AMARAL (1998) ressaltam que:

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc (MOTA E AMARAL, 1998, p. 35).

A flexibilização das relações de trabalho tem uma grande contribuição para a precarização do emprego e aumento da informalidade. Aumenta-se a informalidade, reduzem-se garantias trabalhistas e cresce a insegurança no emprego. Isso resulta em condições de trabalho desfavoráveis, salários mais baixos e uma maior desigualdade na distribuição de renda, impactando diretamente a qualidade de vida da sociedade.

Uma vez aderidas as novas formas das tecnologias, postos de trabalho são arruinados numa lógica inversa em que as coisas são personificadas. Assim, a incrementação tecnológica está para o trabalho como a antítese da mercantilização de seu valor, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas conflui para a possibilidade do capital extrair uma maior quantidade de trabalho, neste sentido o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como o decréscimo absoluto da população trabalhadora, mas rápido que os meios de sua ocupação (IAMAMOTO, 2008, p. 157).

A globalização, um dos pilares da reestruturação produtiva e do compartilhamento da tecnologia com o mundo, amplia as desigualdades sociais, dessa forma, a mão de obra da classe trabalhadora vai sendo trocada pelos avanços tecnológicos, fazendo com que facilite o aumento das produções de mercadorias e

consequentemente o aumento na taxa de desemprego.

A flexibilização do mercado de trabalho, caracterizada pela precarização das relações de trabalho e pela expansão do trabalho informal, contribui para a concentração de renda, gerando um aumento nas disparidades socioeconômicas. A parcela mais vulnerável da população enfrenta condições de trabalho mais precárias, salários reduzidos e dificuldades no acesso a direitos trabalhistas básicos.

A ênfase na lógica do mercado e na competitividade pode acarretar também uma transformação cultural na sociedade. O individualismo e a busca pelo sucesso material muitas vezes ultrapassam valores de solidariedade e cooperação. Essa mudança cultural impacta não apenas as relações interpessoais, mas também influencia as políticas sociais e a forma como a sociedade percebe o papel do Estado na promoção do bem-estar coletivo.

Neste cenário, o agravante da terceirização apresenta-se como opção extremamente viável ao capital e incisivamente destrutiva sobre o trabalho. Satisfaz a necessidade de exteriorização da produção para barateá-la, tornando alguns custos variáveis de acordo com a demanda em evidência. Em sentido contrário tem como reflexos a redução e eliminação de direitos sociais dos trabalhadores terceirizados, rebaixamento de seus salários, enfim toda série de intempéries que se relaciona à problemática (ANTUNES, 2007).

A terceirização do trabalho, por sua vez, tem contribuído para a precarização das condições de emprego. Empresas muitas vezes optam por terceirizar atividades não essenciais para cortar custos e isso frequentemente resulta em condições de trabalho menos estáveis e benefícios reduzidos para os trabalhadores terceirizados, podendo levar a uma diminuição da qualidade de vida e à criação de uma classe de trabalhadores vulneráveis, sem os mesmos direitos e proteções dos empregados diretos.

Esses fenômenos também têm implicações para a representação e organização dos trabalhadores. A terceirização pode enfraquecer sindicatos e outras formas de negociações coletivas, tornando mais difícil para os trabalhadores obterem melhores condições de trabalho e salários justos. Isso, por sua vez, pode resultar em uma sociedade com menos proteção social e mais vulnerável às flexibilizações do mercado.

Portanto, o capitalismo contemporâneo que diante de sua configuração que vem assumindo nas últimas décadas, vem evidenciando sua lógica destrutiva em um contexto de crise estrutural do capital, no qual elaboram estratégias e métodos

baseados no padrão produtivo taylorista e fordista, que vem sendo crescentemente substituído pelas formas produtivas mais flexibilizadas chamada de toyotismo.

Pelo próprio sentido que conduz essas tendências (que, em verdade, constituem-se em respostas do capital à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, mais nefastas são suas conseqüências. (ANTUNES, 2001-2002).

Originado no Japão, na fábrica da Toyota, esse sistema de produção se destaca por sua abordagem flexível e eficiente. No entanto, seus impactos na sociedade são complexos e abrangem diversas áreas. Em termos de métodos de trabalho, o toyotismo introduziu princípios como produção enxuta e flexibilidade. Essa abordagem busca eliminar desperdícios, promover eficiência e responder rapidamente às demandas do mercado. Os trabalhadores são incentivados a contribuir com ideias para melhorar o processo produtivo, promovendo um ambiente mais participativo. Além disso, a ênfase na formação multifuncional dos trabalhadores permite maior flexibilidade nas tarefas desempenhadas.

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destrói o meio ambiente. (Ibidem, 2001-2002).

Na dinâmica toyotista, a pressão por eficiência muitas vezes resulta em condições de trabalho mais intensas e estressantes para os empregados. A flexibilidade exigida pode levar à insegurança no emprego, já que os trabalhadores precisam se adaptar rapidamente a mudanças nas demandas do mercado. Além disso, o toyotismo impactou consideravelmente as relações de trabalho ao promover práticas mais flexibilizadas visando manter estoques mínimos. Isso pode levar a uma demanda maior por trabalho temporário e terceirizado, reduzindo a estabilidade e a segurança no emprego. A ênfase na eficiência também pode resultar em uma intensificação do trabalho, afetando a qualidade de vida dos trabalhadores e contribuindo para problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Diante de todos esses pressupostos mencionados, as políticas sociais no Brasil no contexto moderno são afetadas de forma extremamente negativas. As políticas sociais portanto se desenvolvem no contexto neoliberal a partir da organização política

dos trabalhadores no qual irão pressionar o Estado para a garantia e a efetivação de seus direitos.

BEHRING e BOSCHETTI (2011) compreendem que as políticas sociais são resultado de uma relação complexa e contraditória, carregada de múltiplas determinações que envolvem o Estado e a sociedade, no seio dos conflitos e lutas da classe trabalhadora, diretamente relacionada com o processo de produção e reprodução do capitalismo.

Assim, a análise das políticas sociais apenas pelo prisma econômico, reduz a sua ação apenas como reprodutor da força de trabalho e forma de elevar a produtividade, ou apenas focado na perspectiva política, cooptando a classe trabalhadora mediante a aceitação dos mesmos ao sistema contribuindo para a legitimação da ordem capitalista (Ibidem, 2011).

O sistema capitalista na contemporaneidade, caracterizado pela ênfase na livre iniciativa e na redução do papel do Estado na economia, apresenta-se como um desafio para a implementação das políticas sociais no Brasil. A lógica neoliberal muitas vezes resulta em cortes orçamentários, privatizações e redução de investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social, o que impacta diretamente a efetividade dessas políticas.

Para (ANDRADE, 2015):

A política social enquadra-se precisamente entre os meios ou recursos empregados pelo Estado capitalista para efetivar, legitimar e/ou naturalizar a dominação das classes trabalhadoras no nível da superestrutura jurídicopolítica-ideológica e da infraestrutura socioeconômica do sistema (ANDRADE, 2015, p. 24).

As políticas sociais desempenham um papel crucial na redução das disparidades socioeconômicas, promovendo a equidade e proporcionando oportunidades igualitárias. Contudo, a implementação efetiva dessas políticas encontra barreiras significativas em um contexto neoliberal. A ênfase na redução do tamanho do Estado muitas vezes resulta em cortes orçamentários nas áreas sociais, limitando a capacidade do governo de investir em programas que promovam o bem-estar da população. Além disso, a ideia de que o mercado é capaz de regular automaticamente as desigualdades pode levar à negligência das responsabilidades estatais na promoção do desenvolvimento social.

Dessa forma, o Estado corresponde, em maior ou menor grau, aos interesses

de um sistema, cujo objetivo é a máxima reprodução do domínio econômico e das relações sociais. A necessidade de ampliação do capital influencia na forma como serão ofertadas as políticas sociais e, em sua última crise, articulou um projeto de reorganização, o que significou a reestruturação na esfera econômica e um reajustamento social e político. (OLIVEIRA, 2008).

Em momentos de crise, governos podem ser forçados a adotar medidas de autocontrole, incluindo a redução de gastos sociais, como forma de equilibrar as contas públicas. Isso pode resultar na descontinuidade de programas importantes, prejudicando a população mais vulnerável em momentos em que mais precisam de apoio.

A resistência de setores influentes da sociedade, muitas vezes alinhados aos interesses do mercado, pode ser outro entrave à implementação de políticas sociais abrangentes. Grupos empresariais e políticos que defendem a agenda neoliberal frequentemente resistem a medidas que envolvem aumento de impostos sobre os mais ricos para financiar programas sociais, temendo impactos em sua rentabilidade e competitividade.

O Serviço Social vem desempenhar um papel crucial no campo da política social, atuando como mediador entre as demandas sociais e as políticas públicas. Seu objetivo primordial é promover a justiça social, a equidade e o bem-estar dos indivíduos e grupos mais vulneráveis da sociedade. No entanto, a intervenção profissional do Serviço Social enfrenta diversos desafios na atualidade, que vão desde as transformações no cenário político e econômico até as limitações de sua atuação profissional ligada ao sistema capitalista.

Sobre a autonomia profissional, o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão se insere na divisão sociotécnica permitiram o avanço no debate relacionado à condição do assistente social como trabalhador assalariado. Tal condição impõe limites à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários. Tal autonomia pode ser dilatada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional nas suas ações (IAMAMOTO, 2007).

Em um contexto de constantes mudanças políticas, o Serviço Social enfrenta o desafio de adaptar suas práticas às novas realidades e demandas. A instabilidade

política pode impactar diretamente a formulação e implementação de políticas sociais, tornando essencial que os profissionais estejam atualizados e capacitados para lidar com cenários dinâmicos. Os profissionais precisam estar atento a essas mudanças para oferecer respostas adequadas e inovadoras. Isso envolve repensar modelos de intervenção, considerando as particularidades de cada contexto.

A utilização massiva da tecnologia, a padronização de procedimentos e controle da produtividade nos serviços através de ações pré-determinadas, mesmo advogadas em nome da transparência e da qualidade da oferta de serviços, parecem ter aumentado as dificuldades para o exercício da autonomia profissional. (RIZZOTTI, 2010).

A globalização e as tecnologias da informação vem então apresentando desafios ao Serviço Social. Por um lado, esses fenômenos contribuem para a disseminação rápida de informações e práticas inovadoras. Por outro lado, podem aumentar as desigualdades ao excluir grupos que não têm acesso às novas tecnologias. Os profissionais de Serviço Social precisam estar aptos a utilizar essas ferramentas de maneira ética e inclusiva, com autonomia para assegurar que todos os segmentos da sociedade se beneficiem dos avanços tecnológicos.

Através desses avanços no sistema capitalista, de uma reestruturação produtiva massiva e intensa, afetando as classes mais subalternizadas de forma exorbitante e o desenvolvimento de políticas sociais, faz com que também cresça os desafios para a consolidação do projeto ético político do Serviço Social. Com a alta do conservadorismo, o número de profissionais que questionam a teoria social crítica de Marx aumenta consideravelmente, pondendo por em risco a consolidação do projeto ético político da profissão que por muito tempo, lutou pela ruptura do conservadorismo na profissão.

Diante de uma forte ofensiva conservadora, o Brasil vem vivenciando a legitimação de raízes fixadas no processo sócio histórico, evidenciando expressões da questão social relacionadas ao racismo, machismo, misoginia, transfobia, intolerância religiosa, dentre outros pontos não menos importantes.

Barroco (2011) afirma que:

Não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas. (Barroco 2011, p. 213).

O avanço do conservadorismo na contemporaneidade tem gerado impactos significativos na sociedade e, conseqüentemente, na profissão do Serviço Social. A ideologia conservadora, que busca manter ou restaurar tradições e valores sociais, muitas vezes entra em conflito com os princípios fundamentais do código de ética atual da profissão, que incluem a promoção da justiça social, a defesa dos direitos humanos e a busca por igualdade.

A ascensão do conservadorismo no âmbito dos avanços neoliberais pode trazer conseqüências deploráveis para o Serviço Social, como por exemplo: o escoamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, a entrega diante da ideologia neoconservadora, a volta do tecnicismo na profissão, desenvolvendo uma atuação burocrática, normativa e pretensamente neutra.

Teixeira e Braz (2009), afirmam que o nos tempos atuais o projeto ético político do Serviço Social vem sendo fortemente tensionado pelos rumos neoliberais e pela reação conservadora que está se constituindo no interior da profissão.

Pode se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 13).

Através dos pressupostos mencionados acima, profissionais influenciados ou alienados pelo projeto societário neoliberal começam a questionar as bases do projeto ético político da profissão e buscam novos métodos e estratégias em novas correntes teóricas para uma possível renovação da profissão. Uma corrente teórica nova e não muito conhecida, mas que vem se desenvolvendo ao longo dos anos é a do Serviço Social Libertário, que segundo a análises da própria corrente teórica, possuem princípios relacionados:

A defesa da pluralidade teórica para a atuação profissional, para o ensino e produção acadêmica; o fim do monopólio CFESS/CRESS e abertura de espaço para outras entidades de representação; a abertura e/ou ampliação de novos espaços de trabalho para além do Estado e da propagação e desenvolvimento de ideias libertárias/liberais para o Serviço Social brasileiro. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019).

A corrente teórica então almeja um Serviço Social que desconsidere o conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), criticam a luta de classes e as ideias na hegemonia atual da categoria

profissional, estabelece a garantia da defesa dos direitos sociais através do livre mercado e legitima o projeto societário neoliberal e o neoconservadorismo na profissão.

No contexto profissional, o avanço desse conservadorismo pode gerar pressões sobre os assistentes sociais para que atuem de acordo com uma agenda política conservadora, comprometendo a autonomia e a ética da profissão. A imposição de restrições legais ou administrativas pode limitar a capacidade dos profissionais de atenderem plenamente às necessidades dos usuários dos serviços sociais.

A resistência à agenda conservadora por parte dos assistentes sociais pode levar a conflitos dentro das instituições em que trabalham, aumentando a tensão e o estresse profissional. A necessidade de equilibrar os princípios éticos da profissão com as demandas de um ambiente conservador pode criar um ambiente desafiador para os profissionais de Serviço Social. Outros desafios para a consolidação do projeto ético político da profissão são as ameaças de mudanças estruturais propostas pelo capital e obviamente opostas aos princípios do projeto profissional.

Portanto, esses pontos mencionados acima deixa nítido que o regresso de correntes e pensamentos conservadores no Serviço Social põem em risco sim a consolidação do Projeto Ético Político da profissão e cabe aos profissionais, norteados por um código de ética crítico entender a realidade no seu contexto neoliberal e enxergar as mazelas que o sistema capitalista traz para a sociedade, mais especificamente as classes mais subalternizadas. É importante considerar que o aprofundamento e a manutenção do projeto ético político do Serviço Social na contemporaneidade, em tempos de tantas adversidades, depende da vontade majoritária da categoria profissional e junto a ela, o revigoramento das lutas e movimentos democráticos e populares, garantindo os direitos a programas e a políticas sociais estabelecidas pelas conquistas das classes trabalhadoras.

Yolanda Guerra discorre sobre o assunto, afirmando que:

É nesse contexto que os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar a profissão, o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício profissional [...] é claro ao profissional que não basta se indignar contra a moral burguesa, não basta o senso moral. É necessário que se desenvolva a consciência moral, que se aproprie da ética como reflexão crítica sobre a moral para se estabelecer quais as escolhas e ações tácitas e estratégicas que nos permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervir no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana. (Guerra. Y 2007, p.27).

Por conseguinte, o projeto ético político do Serviço Social, fundamentado na teoria social crítica de Marx, possuindo uma abordagem que busca compreender as relações sociais a partir das estruturas econômicas e das contradições inerentes ao sistema capitalista, tem sua perspectiva teórica de análise crítica das condições sociais, econômicas e políticas que permeiam a sociedade, visando a transformação das estruturas opressoras e a promoção da justiça social.

A importância desse projeto ético político reside na capacidade de promover uma atuação profissional consciente e comprometida com a emancipação dos sujeitos. Ao compreender as determinações estruturais que moldam as condições de vida das pessoas, os assistentes sociais podem desenvolver estratégias de intervenção mais efetivas, direcionadas não apenas para a resolução imediata de problemas, mas para a transformação das condições estruturais que geram tais problemas. Através dos pontos demonstrados acima, é de suma importância a consolidação do Projeto Ético Político para nortear a atuação profissional, fazendo com que o profissional desenvolva uma atuação qualificada frente as diversas demandas postas a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante a discussão abordada nesta produção, foi possível fazer uma contextualização objetiva do trajeto histórico do Serviço Social no Brasil, no qual podemos observar que o Serviço Social moderno encontra-se intrinsecamente ligado aos desafios e transformações decorrentes de um projeto societário neoliberal. Ao longo das últimas décadas, observou-se uma reconfiguração das políticas sociais e uma pressão crescente sobre os profissionais de Serviço Social para se adaptarem a uma lógica mercantilizada e focalizada na eficiência econômica. Nesse contexto, os impactos no exercício profissional são notáveis, uma vez que a perspectiva neoliberal tende a enfraquecer o papel do Estado na promoção do bem-estar social, transferindo responsabilidades para o setor privado.

A precarização das condições de trabalho, a redução de investimentos em programas sociais e a ênfase na individualização dos problemas sociais são aspectos marcantes do impacto neoliberal no Serviço Social. Profissionais assistentes sociais vêem-se desafiados a atuar em um ambiente de constante pressão para alcançar resultados mensuráveis e imediatos, muitas vezes em detrimento de abordagens mais amplas e estruturais que considerem as raízes sistêmicas das desigualdades sociais.

A lógica neoliberal, ao favorecer a ideia de que as soluções devem ser encontradas no âmbito do mercado, pode desvalorizar a dimensão ética e política do Serviço Social, comprometendo a consolidação do seu projeto ético político.

Nesta pesquisa, observa-se que no cenário contemporâneo, o Serviço Social desempenha um papel crucial diante dos desafios sociais e das transformações políticas e econômicas. A atuação profissional nesta era caracterizada pela hegemonia neoliberal impõe uma série de desafios e reflexões aos assistentes sociais, moldando a forma como eles lidam com as demandas da sociedade. A compreensão das mudanças estruturais na economia e na política é essencial para a eficácia da prática do Serviço Social.

É fundamental destacar que o neoliberalismo, ao promover políticas de autocontrole e redução do papel do Estado, tem impactos diretos nas políticas sociais. A precarização e a escassez de recursos para áreas como saúde, educação e ASSISTÊNCIA SOCIAL demandam uma atuação mais estratégica e crítica por parte dos profissionais do Serviço Social. A lógica de mercado imposta pelo neoliberalismo desafia a perspectiva de direitos sociais, demandando uma constante defesa dos princípios éticos e dos direitos humanos por parte dos profissionais.

Além disso, o Serviço Social na contemporaneidade enfrenta a complexidade de lidar com uma diversidade de demandas sociais, muitas das quais resultantes das desigualdades exacerbadas causadas pelo sistema vigente. A pobreza, a exclusão social, a violação de direitos, dentre outras expressões da questão social não menos importantes, tornam-se desafios ainda mais urgentes, exigindo dos profissionais uma abordagem multidimensional e integrada. Nesse contexto, a interdisciplinaridade e a articulação com outras áreas do conhecimento tornam-se estratégias para compreender e intervir nas problemáticas sociais de maneira crítica e eficaz.

Outro aspecto relevante, é a necessidade dos assistentes sociais desenvolverem uma postura crítica e questionadora em relação às políticas sociais implementadas no contexto neoliberal. A compreensão das raízes e dos impactos dessas políticas é crucial para a elaboração de estratégias de intervenção mais efetivas e alinhadas aos princípios éticos da profissão. A resistência ativa às políticas que perpetuam a desigualdade social é uma responsabilidade ética dos profissionais, que devem atuar como agentes de transformação social.

Ademais, a atuação em tempos modernos demanda uma constante atualização e aprimoramento dos conhecimentos técnicos e teóricos por parte dos assistentes

sociais. A capacidade de compreender e dialogar com as dinâmicas sociais em constante transformação é essencial para uma intervenção eficaz. A formação continuada, a pesquisa e a troca de experiências entre os profissionais tornam-se ferramentas indispensáveis para enfrentar os desafios emergentes e atender às demandas complexas da sociedade contemporânea.

Em síntese, o Serviço Social na contemporaneidade enfrenta desafios significativos decorrentes dos impactos do neoliberalismo. A atuação profissional demanda uma postura crítica, buscando constantemente por atualização e conhecimento sobre a realidade no qual o profissional está inserido. A resistência ativa às políticas que perpetuam a desigualdade, a compreensão das demandas emergentes e a promoção da justiça social são elementos fundamentais para os profissionais assistentes sociais desenvolverem uma atuação qualificada.

Portanto, aprofundar a discussão sobre esta temática nos faz refletir sobre o que o Serviço Social pode fazer para lidar com esses impactos causados pelo sistema vigente e combater as medidas conservadoras que ainda permeiam a profissão, onde conseqüentemente coloca em risco a consolidação do projeto ético político e a formação de profissionais críticos e qualificados para responderem as demandas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. O novo sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

AGUIAR, A. G. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDRADE, Renato. Serviço social, gestão e Terceiro Setor: dilema nas políticas sociais. São Paulo: Saraiva, 2015.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 2/3, n. 2/3, p. 227-245, 2001-2002.

BAPTISTA, Myrian Veras – Desenvolvimento de Comunidade, estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto éticopolítico. In: Serviço Social e Sociedade, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, M. L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Módulo 2. Brasília: Cead/UnB-CFESS-ABEPSS, 1999. p. 120-136.

BARROS, J. R. M., GOLDENSTEIN, L. (1997) “Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro”. Revista de Economia Política, v. 17, n. 66, São Paulo.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivonete. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 33.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 03 ago. 2014.

BRASIL – DIES, Programa de desenvolvimento de comunidade: 1971-76, mimeo.

_____ - SUDENE, III Plano diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste: 1966-1968, Recife, 1966.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947. Brasília: CFESS. Disponível em: . Acesso em: 4 set. 2016.

COUTINHO, L. (1997) “A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização”. In: J. P. R. Velloso (coord.), Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio.

DAVIDOFF CRUZ, Paulo R. Dívida externa e política econômica – A experiência brasileira nos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FALEIROS, V. P. O que é política social. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

FIORI, J. L. O cretinismo econômico. Folha de São Paulo, 10 jul. 1999.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n.91, p.5-33, set. 2007.

HAMILTON, G. Teoria e prática do Serviço Social de casos. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo:Cotex ,2008.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 19. ed. – São Paulo : Cortez (Lima, Peru) : CELATS, 2006.

_____. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma

interpretação histórico-metodológica – 19. ed. – São Paulo : Cortez (Lima, Peru) : CELATS, 2006, p.126.

_____. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 19. ed. – São Paulo : Cortez (Lima, Peru) : CELATS, 2006, p.131.

_____. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 19. ed. – São Paulo : Cortez (Lima, Peru) : CELATS, 2006, p.169

_____. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço uma interpretação histórico-metodológica. 4. ed. São Paulo/Lima: Cortez/ Celats, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.111-28, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo, Cortez Ed., 1992.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo, Cortez Ed., 1992, p.21.

KONOPKA, Gisela. Princípios do Serviço de Social de Grupo na Prática. In: “Serviço Social de Grupo”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. (p. 36- 51; 87-125).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.91-110, 2000.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma an

lise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 41-49.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992^a.

OLIVEIRA, Luciana V. N. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 93, ano XXIX, 2008.

RICHMOND, M. Caso Social Individual. Cap. 4, p. 60-83. Buenos Aires: Humanitas, 1962.

RIZZOTTI, M. L. A. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. Argumentum, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010.

SANTANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano, n.62, p.73- 92, mar. 2000.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Princípios do Serviço Social Libertário [Post da rede social Facebook]. Disponível em. Acesso em: 10 de Jun. de 2019.

SHAPIRO, Helen. Engines of growth: the State and transnational auto companies in Brazil. New York: Cambridge University Press, 1994.

SKIDMORE, Thomas. Politics in Brazil, 1930-1964. New York: Oxford University Press, 1967.

TEIXEIRA, J. B. e BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

Ulysses G. Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

YASBEK, M. C. et al. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 29, n.95, p.5-32, set. 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez, 198

4.